

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

KEVEM WESLEY SANTOS SANTOS

**A MÚSICA COMO ELEMENTO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA E A BIBLIOTECA
COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM MUSICAL**

São Luís

2021

KEVEM WESLEY SANTOS SANTOS

**A MÚSICA COMO ELEMENTO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA E A BIBLIOTECA
COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM MUSICAL**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Kevem Wesley Santos.

A música como elemento de emancipação humana e a biblioteca como espaço de socialização da linguagem musical / Kevem Wesley Santos Santos. - 2021.

83 p.

Orientador(a): Maria da Glória Serra Pinto de Alencar.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Ação Cultural. 2. Biblioteca. 3. Capitalismo. 4. Emancipação Humana. 5. Música. I. Serra Pinto de Alencar, Maria da Glória. II. Título.

KEVEM WESLEY SANTOS SANTOS

**A MÚSICA COMO ELEMENTO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA E A BIBLIOTECA
COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO DA LINGUAGEM MUSICAL**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em / / .

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr^a. Maria da Glória Serra Pinto de Alencar
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof(a). Dr^a. Maria Mary Ferreira
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Micael Carvalho dos Santos
Mestre em Educação
Colégio Universitário - UFMA

Às duas mulheres mais importantes na minha vida:
à minha amada avó Maria José Silva Santos e
à minha inesquecível Bisavó
Andrelinha Dionízia da Silva e Silva (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela proteção e bênçãos depositadas em minha vida e por sempre estar ao meu lado em momentos difíceis. Agradeço também ao criador de tudo pela possibilidade de encontrar pessoas incríveis durante esta jornada terrena.

Não podendo ser diferente, abaixo de Deus, agradeço a pessoa mais importante para mim e que devo a minha vida, minha querida avó Maria José Silva Santos que, quando o aborto era uma possibilidade, assumiu as responsabilidades de dois adolescentes (meus pais) e me adotou em seu coração. Obrigado por tudo! Você sempre será prioridade em minha vida. Amo você com todas as minhas forças.

Agradeço à minha Bisavó que durante sua vida, através de suas atitudes e conselhos, ensinou-me muitos valores como: respeito, honestidade, empatia, bondade, generosidade, responsabilidade..., enfim, meu exemplo maior de humanidade e espiritualidade. Seu legado jamais será esquecido.

Agradeço aos meus pais, à minha mãe Poliana Santos que apesar da distância, sempre vem apoiando minhas escolhas e torcendo por minha felicidade. E ao meu pai Wheriston Silva Santos que independentemente dos vários conflitos que temos, o amo profundamente.

Agradeço ao meu irmão Wendler Santos Santos que é o meu melhor amigo. Sou muito grato a Deus por ter a oportunidade de ter um companheiro de vida e de alma. É a pessoa que sempre posso contar para compartilhar meus medos, inseguranças, confidencialidades, projetos, realizações. Eu não consigo imaginar minha vida sem essa pessoa que enche meu coração de alegria. Amo muito você.

Agradeço aos meus tios Wheriston Silva Neris e Cidinalva Silva Câmara Neris por serem meus paradigmas e por exercerem papéis importantes na nossa família. Obrigado por tudo que vocês construíram em minha vida. Sem vocês dois, tudo seria mais difícil. Agradeço também, pela vida do fruto dessa relação, meu priminho João Gabriel Câmara Neris que representa um irmão e um filho para mim.

Agradeço pelo bem mais precioso que o curso de Biblioteconomia me apresentou, minha namorada Mariana Viégas Guterres que, ao longo dessa caminhada, tornou-se uma das pessoas mais importantes para mim. Você ocupa um lugar em meu coração especial, pois o que faltava em mim, encontrei em você. Amo-te!

Agradeço ao irmão que a vida me deu, meu grande amigo Juliano dos Santos Marques que se tornou um companheiro com quem compartilho vários momentos especiais e felizes. Obrigado por todos os momentos de muita alegria e sorrisos.

Agradeço à minha orientadora e professora Maria da Glória Serra Pinto de Alencar pelo processo de confiança a mim depositado e pela oportunidade de liberdade para expressar meus pensamentos e inquietudes. Agradeço a sua atenção, preocupação e disposição nesta etapa do curso de Biblioteconomia.

Agradeço também às minhas amigas que conheci na Universidade durante esta jornada acadêmica, em especial, gostaria de destacar Joina Cristina Rodrigues Nascimento, Maria Luiza dos Santos Pestana e Fernanda Fonseca Neves. Três mulheres que considero essenciais na minha vida e que foram muito importantes durante o curso de Biblioteconomia. Agradeço a Joina e a Maria por serem verdadeiras companheiras de estudo, atividades, provas, momentos de divertimento e desespero (risos), enfim, por estarem sempre ao meu lado na Universidade. Agradeço a Fernanda pelos vários aprendizados na área e conselhos, principalmente neste momento final da monografia, auxiliando-me muito com aspectos técnicos e emocionais. Amigas que conheci no início do curso e que se tornaram pessoas que quero sempre próximo a mim.

Agradeço ao Departamento de Biblioteconomia e a todos os docentes envolvidos nesse processo, em especial, às professoras: Maria da Glória Serra Pinto de Alencar, Márcia Cordeiro Costa, Leoneide Maria Brito Martins, Maria Mary Ferreira, Cássia Cordeiro Furtado, Diana Rocha da Silva, Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro e Silvana Maria de Jesus Vetter.

Agradeço a todas as(os) colegas(os) de classe com quem compartilhei muitas horas de estudo, alegrias, sorrisos e crescimento intelectual. Todas(os) vocês estão em meu coração. Sou muito grato por ter feito parte dessa turma.

Por fim, agradeço aos professores da banca, o Mestre em Educação Micael Carvalho dos Santos e a Doutora em Sociologia Maria Mary Ferreira, por terem aceitado o convite para participarem deste momento e pelas várias contribuições apontadas na pré-banca que serviram para concretizar a versão final deste trabalho. Obrigado.

“A existência humana não pode ser muda,
silenciosa, nem tampouco
pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras
verdadeiras, com
que os homens transformam o mundo. Existir
humanamente, é
pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo
pronunciado, por sua
vez, se volta problematizado aos sujeitos
pronunciantes, a exigir
deles novo pronunciar.
Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na
palavra, no
trabalho, na ação-reflexão”
(FREIRE, 1987, p.78).

RESUMO

Este estudo busca compreender a música como um instrumento capaz de proporcionar a emancipação humana a partir de sua natureza informacional. Pretende possibilitar o desenvolvimento da autonomia do pensamento crítico, bem como a construção de sujeitos emancipados ideologicamente, capacitados e encorajados para intervir de forma assertiva na sociedade que tem como característica um conjunto de desigualdades, entre os quais, a de acesso às diversas linguagens. O estudo tem como objetivos compreender o que é emancipação humana; perceber o controle social, na ótica marxista, e os déficits criados pelo sistema na educação, sobretudo na alfabetização, com o intuito de manter a ordem vigente. Visa ainda compreender que a linguagem musical constrói valores, pensamentos e impulsiona atitudes, devido a sua natureza informacional e por ser um reflexo das relações sociais. Almeja também identificar as potencialidades da linguagem musical no processo de ensino e aprendizagem e; por fim, evidenciar a função e possibilidades da linguagem artística, dentre elas, a música, no âmbito da biblioteca para o fomento da alfabetização e da leitura através de ações culturais. Para tanto, a metodologia empregada foi a pesquisa exploratória empregando o método marxista e tem como categorias centrais a emancipação humana, o controle social, a alienação e a ideologia. Assim, contextualiza como o sistema capitalista cria estratégias para evitar o surgimento de forças revolucionárias que questionem a ordem vigente, através de um controle social, que busca manter a hierarquia social de forma intacta e inabalável. Aborda a internalização de valores capitalistas, incorporada pelas instituições educacionais, com a filosofia de criar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, a fim de manter a máquina produtiva do capital gerando lucros e riquezas para a classe burguesa. Discute sobre as consequências negativas da internalização na alfabetização, ensino e aprendizagem e apresenta breves considerações sobre o atual panorama da leitura no Brasil e da realidade das bibliotecas no âmbito escolar. Destaca-se que o distanciamento da classe trabalhadora aos centros de produção artística é conservado pelas condições capitalistas criadas pelo sistema para preservar as desigualdades sociais e de acesso ao conhecimento. Expõe as potencialidades da música no ensino e aprendizagem, tendo em vista, o desenvolvimento de aspectos cognitivos, linguísticos, psicomotores e socioafetivos. Entende a biblioteca como um centro de cultura, educação e integração social com possibilidades de oferecer condições para a classe trabalhadora ter acesso à criação artística das diversas manifestações culturais, proporcionando o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social através do acesso ao conhecimento artístico cultural. Apresenta uma proposta de ação cultural para fomentar a leitura de obras literárias em bibliotecas escolares utilizando a intertextualidade de músicas e o auxílio de demais linguagens artísticas. Conclui que o processo de educar através das linguagens artísticas, resume-se ao redimensionamento do homem para ultrapassar a sua situação de comodidade, isto é, libertar-se da menoridade rumo à emancipação. Sendo papel da biblioteca no contexto da luta de classes, garantir o acesso à tais fontes informacionais que são indispensáveis e essenciais para a formação leitora, e que vem ao longo do tempo sendo privatizadas e privilegiando a classe burguesa.

Palavras-chave: Música; Biblioteca; Ação Cultural; Emancipação Humana; Capitalismo.

ABSTRACT

This study seeks to understand music as an instrument capable of providing human emancipation from its informational nature and, as such, enables the development of critical thinking autonomy, as well as the construction of ideologically emancipated subjects, trained and encouraged to intervene in a assertive in society that has a set of inequalities, including access to languages. The study aims to understand what human emancipation is; we perceive the social control and the deficits created by the systems in education, especially in literacy, in order to maintain the current order; understand that a musical language builds values, thoughts and impulse attitudes, due to its informational nature and because it is a reflection of social relations; identify as potentialities of the musical language in the teaching and learning process and; finally, to highlight the function and possibilities of artistic language, among them, music, within the scope of the library for the promotion of literacy and reading through cultural actions. For that, the methodology used was exploratory research using the Marxist method and its central categories are human emancipation, social control and ideology. Thus, it contextualizes how the capitalist system creates an objective to prevent the emergence of revolutionaries who question the current order, through social control, which seeks to maintain a social hierarchy in an intact and unshakable manner. It addresses the internalization of capitalist values, incorporated by educational institutions, with the philosophy of creating qualified labor for the labor market, in order to maintain the productive machine of capital generating profits and wealth for the bourgeois class. It discusses the negative consequences of internalization in literacy, teaching and learning and presents brief considerations about the current panorama of reading in Brazil and the reality of libraries in the school environment. It is noteworthy that the distancing of the working class from centers of artistic production is preserved by the capitalist conditions created by the system to preserve social inequalities and access to knowledge. It exposes the potential of music in teaching and learning, with a view to the development of cognitive, linguistic, psychomotor and socio-affective aspects. It understands the library as a center of culture, education and social integration with possibilities to offer conditions for the working class to have access to the artistic creation of the diverse cultural manifestations, providing the development of citizenship and social inclusion through access to cultural artistic knowledge. It presents a proposal for cultural action to encourage the reading of literary works in school libraries using the intertextuality of music and the help of other artistic languages. It concludes that the process of educating through artistic languages, boils down to the resizing of man to overcome his situation of comfort, that is, to free himself from the minority towards emancipation. Being the role of the library in the class struggle, guaranteeing access to such informational sources that are indispensable and essential for reading education, and that over time have been privatized and privileging the bourgeois class.

Keywords: Music; Library; Cultural Action; Human emancipation; Capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional

TRI - Teoria da Resposta ao Item

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o INAF (2001-2018)	29
Tabela 2 - Distribuição da população por níveis de Alfabetismo e escolaridade.....	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A SOCIEDADE CAPITALISTA E O CONTROLE SOCIAL.....	23
2.1 Emancipação humana e emancipação política.....	33
3 A MÚSICA COMO UM FENÔMENO SOCIAL, CULTURAL E IDEOLÓGICO.....	38
3.1 Seria a arte elitista? A linguagem artística em uma perspectiva excludente	43
4 AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM MUSICAL.....	50
4.1 A linguagem musical como forma de resistência.....	55
5 A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE AÇÃO E CULTURA MUSICAL: elementos para pensar um projeto de linguagem artística em bibliotecas escolares.....	61
5.1 Biblioteca como centro de cultura, educação e integração social.....	65
5.2 Proposta de ação cultural na biblioteca escolar.....	68
5.2.1 Operacionalizando.....	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo tem como filosofia o comércio e o consumo massificado, cujo único objetivo é a obtenção de lucros e a sua principal característica é a capacidade de gerar riquezas e, ao mesmo tempo, promover fortes desigualdades sociais e culturais. As riquezas produzidas pelo capitalismo são destinadas a um seleto grupo de pessoas que mantém seus patrimônios em detrimento ao desnivelamento de condições reais de oportunidades de outros e o que se percebe, são desigualdades em direitos fundamentais como o acesso à informação e às linguagens.

A dificuldade no acesso à informação é característica da sociedade de classe que concentrou os meios de produção em torno da elite que explora através do trabalho assalariado a classe trabalhadora, excluindo-a do acesso aos bens e serviços construídos pela humanidade. As dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta são estratégias que o capitalismo legitima na sociedade para buscar conservar a ordem através do controle do pensamento crítico e do não surgimento de forças revolucionárias.

Com o intuito de preservar a sua hegemonia, de forma estratégica, o sistema capitalista busca a todo momento evitar o surgimento de forças revolucionárias e isso é realizado através do silenciamento de quaisquer vozes que busquem reivindicar condições de igualdade. Esse silenciamento constitui-se como uma forma de controle social e é concretizado a partir da tentativa de alienação da classe trabalhadora e sem o acesso a mecanismos de conscientização, como a leitura e a biblioteca. Nesta perspectiva, para que a alienação consiga êxito, é preciso que instrumentos que podem exercer a função de despertar o pensamento crítico, tais como a leitura, a linguagem artística, a escola e a biblioteca, encontrem dificuldades para se desenvolverem e se constituírem como práticas sociais.

Tal realidade acarreta diversas consequências negativas no âmbito da educação e dentre elas, encontram-se o sucateamento de escolas públicas, a escassez de bibliotecas, as visões distorcidas da leitura como uma atividade cansativa e penosa e altos níveis de analfabetismo. Sendo assim, observa-se que a manutenção desse sistema de força se dá pelo controle da sociedade e pelo enfraquecimento de forças contrárias.

Portanto, evidencia-se que o capitalismo cria circunstâncias para tentar distanciar o homem dos meios que permitirão o desenvolvimento do pensar e a forma mais eficaz é criando barreiras institucionalizadas para que organizações como a biblioteca, por exemplo, não tenham condições de se desenvolverem. Além disso, há outras formas de controle social que são ao mesmo tempo tão feroz quanto imperceptíveis, pois, conforme Kant (1784), a todo

instante e em todas as esferas sociais, desde as militares até aos dogmas clericais, há um interesse que o indivíduo seja isento de pensamento autônomo e crítico, isto porque, o capitalismo compreende que sem um pensamento crítico da realidade que permanece presente, torna-se ainda mais difícil destruir toda forma de alienação, opressão e dominação ideológica.

Essa “obediência” ou “conduta certa” retira do homem o senso questionador, colocando-o em estado de menoridade (KANT, 1784), isto é, ao estado equivalente ao ser que não possui autonomia de pensamento; que não faz exercício autônomo da razão; que carece de outrem para compreender as diversas vozes e posicionamentos a ele impostos, impossibilitando o uso autônomo do próprio entendimento para intervir com posicionamentos críticos no contexto atual que tem como característica a desigualdade do acesso aos bens e serviços produzidos pela humanidade e, uma forma de evitar que o homem saia da condição de menoridade é excluindo dele o acesso à informação e ao conhecimento, isto é, evitar o contato com a leitura e com espaços como a biblioteca.

Nesse contexto, a sociedade e todas as organizações que a compõem se caracterizam por situações de heteronomia, quer dizer, a sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade em nome de uma “ordem social”, somado a padrões que buscam determinar a maneira do homem viver e, sobretudo, a forma de pensar. Essa situação se agrava ao perceber que instituições que deveriam lutar contra as ideologias hegemônicas, as organizações de ensino, acabam ajudando a manutenção do sistema. Conforme Mészáros (2008, p. 35), serve para conservar os pilares da ordem vigente, fornecendo “os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital”. Além disso, de acordo com Mészáros (2008), a educação ajuda a gerar a conformidade e o consenso na sociedade através das próprias diretrizes institucionais da escola, visando legitimar a posição de cada sujeito “na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

Uma forma de evitar o surgimento de forças contrárias é utilizá-las para reproduzirem através da internalização de valores, princípios do sistema capitalista. E uma de suas formas é a tentativa da diminuição do ato de educar à mera reprodução e abandono do pensamento autônomo com o objetivo de formar através de fôrmas os educandos. Esse modelo educacional acarreta em profundas debilidades que podem ser evidenciadas através dos negativos níveis educacionais de alfabetização, literacia e numeracia, tendo em vista que a condição de heteronomia causa problemas nos indivíduos relacionados diretamente à leitura, tais como a capacidade de compreensão insuficiente, o afastamento e arredoio da leitura, a

dificuldade de exercer o pensamento por conta própria, bem como a de discutir com um olhar crítico coisas simples do dia a dia.

O atual panorama dos níveis nacional de alfabetização, literacia e numeracia, revela que o sistema público de educação do Brasil enfrenta grandes desafios tendo em vista que 54,73% dos alunos de um universo de mais de 2 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental, encontram-se em níveis insuficientes de leitura e desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência (BRASIL, 2019). Além disso, a cada 10 cidadãos brasileiros, 3 são considerados Analfabetos Funcionais, isto é, têm muitas dificuldades de leitura, escrita e de realizar operações matemáticas.

Somado a isso, evidencia-se que os dados negativos de alfabetização estão diretamente relacionados com a realidade das bibliotecas no âmbito escolar que, conforme aponta o Censo de Educação Básica do ano de 2016, “menos da metade (46,2%) das escolas do público-alvo da ANA [Avaliação Nacional de Alfabetização] possuem biblioteca e menos de um terço (27,5%) têm sala de leitura” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018, p. 69).

Tanto a atual situação dos níveis de alfabetização, quanto ao estado das poucas bibliotecas, são empecilhos que o sistema hegemônico impõe para evitar o desenvolvimento de instituições capazes de conscientizar a sociedade, colocando-as em estado de escassez e precariedade. Dessa forma, observa-se porquê é tão difícil tornar a leitura uma prática social e a frequência das poucas bibliotecas um hábito. Por esse motivo, faz-se necessário adotar estratégias que superem a lógica irreformável e incorrigível do capitalismo que busca dominar, explorar e criar desigualdades. Precisa-se de soluções educacionais essenciais e não formais, ou seja, processos educacionais que estejam além do objetivo prático do capital: a transformação do direito em mercadoria e da obtenção do lucro, isto é, a emancipação do homem frente ao capital.

Marx compreende que a emancipação humana (ou emancipação social) transcende os limites e contradições da sociedade capitalista, pois consiste na liberdade plena do homem e não na liberdade política criada pelo Estado burguês. Essa condição de liberdade só pode ser evidenciada após a superação dos limites da sociedade capitalista, rumo à outra sociedade onde a liberdade e a igualdade são reais na sociedade e não apenas no plano político, como é o caso da Emancipação Política. Desse modo, a emancipação social seria, portanto, a desalienação do homem individualista para o cidadão abstrato, tornando-se um ser humano genérico. Assim sendo, entendemos a emancipação humana como a capacidade do homem, através do pensamento autônomo e de reflexões críticas sobre as contradições existentes na

sociedade capitalista, interferir em sua condição de existência, visando o processo de transformação do atual contexto social que tem como fundamentos a desigualdade, a exploração e a individualidade.

Face a isso, surgem alguns questionamentos: como a Biblioteconomia pode intervir na natureza cômoda da menoridade, na alienação e nos limites do controle da sociedade para a formação de sujeitos conscientes? Qual a função social e as possibilidades da biblioteca, no âmbito pedagógico, cujo intuito seja de tornar a educação real e para além das cadeias do neoliberalismo? Como a biblioteca pode ser um espaço para tornar autônomo o exercício do pensar e emancipar os grupos sociais que detém de possibilidades escassas e limitadas de acesso à informação, ao conhecimento e às linguagens?

No âmbito da Biblioteconomia, uma grande etapa alcançada para a emancipação humana seria: tornar acessível linguagens que vêm sendo privatizadas ao longo da história. A biblioteca entra justamente nessa difícil missão: possibilitar o acesso às linguagens que são direcionadas à sociedade burguesa, entre elas: a linguagem artística. Neste sentido, as bibliotecas cumprem um papel relevante, tendo em vista que através da leitura e do acesso às linguagens, como a arte, o olhar emancipado pode ser desenvolvido.

Mas por que a linguagem artística? Acredita-se que a arte, assim como a leitura, é um instrumento emancipatório, tendo em vista que, a partir do processo de criação, desenvolve-se o senso crítico e questionador. Dessa maneira, em contrapartida a alienação e ao controle social, a arte transforma-se em um instrumento de resistência, haja vista que a alienação do ponto de vista epistemológico significa “fora de algo” ou “alheio a realidade” e a linguagem artística proporciona que o ser humano compreenda os diversos contextos, para posicionar-se criticamente e, conseqüentemente, lutar por condições de igualdade.

A partir de tais considerações e sobre o caminhar da sociedade na contemporaneidade e ao perceber, que o capitalismo se auto beneficia com sujeitos sem autonomia de pensamento, o objetivo central do trabalho é compreender como a música (uma linguagem/expressividade artística), a partir da sua natureza informativa, social, cultural, política e lúdica, é capaz de contribuir na construção da autonomia do pensamento crítico, que possibilite a formação de sujeitos emancipados ideologicamente.

Como objetivos secundários: compreender o conceito de emancipação humana; descrever o controle social e evidenciar os déficits criados pelo sistema na educação, sobretudo na alfabetização, com o intuito de manter a ordem vigente; compreender como a linguagem musical constrói valores, pensamentos e impulsiona atitudes, devido a sua natureza informacional e por ser um reflexo das relações sociais; identificar as potencialidades da

linguagem musical no processo de ensino e aprendizagem e; por fim, evidenciar a função e possibilidades da arte, dentre elas, a música, no âmbito da biblioteca para o fomento da alfabetização e da leitura através de ações culturais.

O interesse pela temática, iniciou-se no quarto período do curso de Biblioteconomia, na Universidade Federal do Maranhão, pois, durante os debates em sala de aula, bem como, nos eventos da área, sempre houve a afirmativa de que “Tudo é Informação!”. Em uma dessas discussões em sala de aula, atingiu-se o gatilho de que música, também é um veículo informacional com grandes potencialidades de formar pensamentos e ações, assim como a própria leitura.

Partindo desse princípio, começou-se analisar a relação que há entre música, cultura e sociedade. A primeira hipótese que se evidenciou foi que, dificilmente, há uma pessoa que afirma não gostar de música. A partir de então, percebeu-se a universalidade da música enquanto fenômeno na sociedade e a sua presença em todas as relações sociais. Por conseguinte, pelo fato de a música permanecer presente em vários momentos do dia, constatou-se que ela é um reflexo do contexto social, histórico e político, isto porque, a música se constitui em “um elemento condicionado socialmente e condicionante da sociedade na qual está inserido, num processo de constante interação dialética e recriação permanente” (FREIRE, 2010, p. 21). E é nesse processo de constante interação dialética e recriação permanente que se revela uma das características que se torna relevante para discutir a música no âmbito da Biblioteconomia: a sua vertente ideológica e informacional.

Dessas características, observou-se a primeira ligação com a Biblioteconomia: a música enquanto fonte de informações. Compreendemos como fontes de informações recursos que são capazes, para além de atender às necessidades informacionais, têm potencialidades para formar opiniões, pensamentos e atitudes. É importante mencionar que dentre suas facetas, a música como atividade artística possui, como uma das suas naturezas, o aspecto informativo.

A música não é ideológica somente por representar através de símbolos e significados as relações de existência. O que torna a música ideológica é o fato de ela ser um veículo de informações. A sua natureza informacional (uma de suas tantas facetas) proporciona que a arte sonora não possua apenas a característica reflexiva e passiva. Mas, possui também, a característica gerativa, tanto como sistema cultural quanto como capacidade humana (BLACKING, 2007). Os seus conjuntos informacionais fazem com ela gere valores, crenças, compreensões comportamentais e pensamentos. E é nesse contexto que a arte se torna ideológica.

Barros (2006, p. 12) compreende que a música “é informação, pois ela modifica, transforma, comunica, forma opiniões e representa conceitos”. A informação, como o próprio termo sugere: in (dentro), formação (formar), é um “um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social” (BARRETO, 2002, p. 49). O que significa afirmar que a música é um instrumento que dá forma à consciência do homem, forma opiniões, ou seja, um “livro de sons”.

Outro fator importante relacionado à Biblioteconomia, do ponto de vista pedagógico, é que crianças que têm acesso às linguagens artísticas têm melhores condições de efetivar a leitura. O estudante que tem a possibilidade de acesso a outras formas de leituras, obviamente, terá mais capacidade de estruturar de forma sistemática e dissertativa seus pensamentos a respeito de um tema ou de sua própria condição de existência. Ademais, alunos que descobrem outras formas de se expressar, de ler, de ver o mundo e compreender os seus distintos signos e significados, estarão mais habilitados para interferir de maneira consciente na realidade a que estão submetidos.

Isso pelo fato de a música, bem como as outras linguagens artísticas, desenvolverem habilidades que são essenciais para efetivar a leitura, tais como o desenvolvimento da mente humana, o equilíbrio, a concentração, o raciocínio, somado ao estado de bem-estar. Além disso, a música, do ponto de vista da aprendizagem, favorece o desenvolvimento cognitivo, linguístico, psicomotor e socioafetivo, bem como, o raciocínio, a criatividade, outros dons e aptidões.

Além do desenvolvimento de habilidades, outra familiaridade com a leitura encontra-se nas dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta para ter acesso à construção do conhecimento através da arte (elitista) que o sistema tenta distanciar dos menos favorecidos. Depois dessa percepção introdutória e, ao ministrar aulas de violão para pessoas mais experientes, percebeu-se outra característica do acesso ao conhecimento musical. Vários alunos (as), relataram, de forma semelhante, ser um sonho de criança aprender a tocar um instrumento musical ou compreender a notação musical. A partir desses relatos, e de conversas mais profundas tentando compreender os motivos desse sonho não ser realizado anteriormente, percebeu-se que aprender um instrumento ou compreender a leitura musical, exige condições financeiras onde a maior parte da classe trabalhadora não tem.

Sendo assim, o acesso ao conhecimento musical não depende apenas de aptidões individuais ou do querer, mas sim, de condições de existência que o capitalismo impõe como estratégia de controle social. Isto pelo fato da linguagem musical ter potencialidades para ser um instrumento revolucionário. Não é interessante para o capital tornar a sociedade

capacitada para iniciar revoluções. Isso explica o porquê da leitura e a escrita não serem objetos de desejo de muitas pessoas da classe trabalhadora. E a partir desse distanciamento do sujeito com a produção artística, justamente por não ter acesso a meios concretos, distanciam-se de instituições onde há o compartilhamento e a construção da linguagem artística, dentre elas, a biblioteca e, conseqüentemente, a leitura. Essa situação acaba tendo impactos negativos em atividades que visam democratizar a leitura e na própria alfabetização, haja vista que as dificuldades no aprendizado relacionadas ao sociocultural, está diretamente relacionada ao não acesso ou ao acesso limitado à leitura, à escrita, aos bens culturais e às linguagens artístico-cultural.

Contudo, não seria direito do homem ter acesso irrestrito a qualquer linguagem? Como podemos conceber a perspectiva de uma linguagem onde somente “privilegiados” podem ter acesso? Seria, então, a arte uma linguagem excludente? Qual o papel da biblioteca frente ao distanciamento da classe trabalhadora aos meios de construção da arte?

Neste sentido, encontra-se a biblioteca como espaço de integração social através da disponibilidade de acesso às linguagens da arte e como espaço de construção do conhecimento artístico através de ações culturais. No processo civilizatório, as instituições foram criadas para dar sentido à vida, aos fenômenos e para pensar caminhos que possibilitem maior integração social. A biblioteca é o local que por excelência, tem como missão construir de forma qualitativa o indivíduo enquanto ser pensante e crítico, capaz de compreender as diversas facetas da sociedade e, de maneira autônoma, intervir para alcançar melhorias em sua condição de existência. Desse modo, a biblioteca como espaço voltado para a difusão da leitura, da socialização da arte e como espaço de construção do conhecimento, pode cumprir um papel determinante voltado para esta finalidade.

A biblioteca, enquanto centro de informações, precisa conceber outras linguagens como formas de construção do ensino, da aprendizagem e da própria leitura, inclusive através de outros formatos, como por exemplo, a linguagem musical. Ademais, a importância da biblioteca ser um centro cultural está na possibilidade de oferecer condições para a classe trabalhadora ter acesso à criação artística das diversas manifestações culturais, proporcionando o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social. Consideramos como centros culturais, os espaços que permitam a realização de atividades que visem a promoção da cultura entre pessoas de uma comunidade. Nessa perspectiva, a biblioteca enquanto espaço de construção da cultura, torna-se imprescindível para a luta de classes pois, um dos principais benefícios proporcionados pela biblioteca encontra-se na capacidade de inclusão do homem nos meios de produção da cultura através do acesso ao conhecimento e à informação.

Dessa maneira, para possibilitar o aprofundamento, as análises e reflexões acerca do tema ora estudado, a metodologia abordada nesta investigação caracteriza-se como pesquisa exploratória, tendo como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica. Severino (2007) compreende que a pesquisa bibliográfica é a investigação do problema, através de trabalhos teóricos já existentes. Resume-se ao levantamento de conteúdos bibliográficos já publicados, sejam livros, periódicos, teses, anais, em formato on-line ou físico, cuja finalidade é possibilitar o contato do autor com o assunto, utilizando-se de bases teóricas para o desenvolvimento de análises científicas. Optou-se ainda pelo método marxista, uma vez que, adotamos como categorias de análise, além do processo histórico, da contradição e da totalidade, elegeu-se ainda a emancipação humana, o controle social, a alienação e a ideologia como categorias norteadoras do presente estudo. O método marxista entende que a sociedade é marcada por uma luta de classes embutida nas relações de produção, na divisão entre capital e trabalho. É um método de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social.

Dessa forma, tendo como objeto de análise central, a compreensão que a música é capaz de contribuir na construção da autonomia do pensamento crítico, que possibilite a formação de sujeitos emancipados ideologicamente, temos que somente na perspectiva do método marxista podemos explicar tal fenômeno. Isto porque, este estudo aborda as desigualdades de acesso à informação musical existentes em uma sociedade marcadamente, em seu processo histórico, por interesses antagônicos. Ou seja, os interesses da elite dominante não são compatíveis com os interesses da classe trabalhadora, sejam na obtenção de lucro, sejam no acesso aos equipamentos culturais. Tal acesso, sempre foi historicamente negado à classe trabalhadora, embora, em alguns momentos podemos observar movimentos de resistência. Assim, a emancipação humana, categoria norteadora deste estudo, só será possível se existir uma transformação social capaz de superar a ordem vigente.

O acesso a qualquer linguagem, no contexto atual, está atrelado à ideologia neoliberal exatamente por estarmos inseridos numa formação social dominada pelo modo de produção capitalista. É com essa visão de mundo e com esse modo de produção que pretendemos romper. Assim, torna-se necessário que a classe trabalhadora efetivamente aproprie-se das várias linguagens, dentre estas, a linguagem musical, utilizando-as de modo autônomo e crítico para que consiga desenvolver sua consciência de classe de modo a favorecer a luta por seus interesses.

Com base nas considerações aqui apresentadas, o trabalho está dividido da seguinte forma: Introdução, em seguida na seção 2, intitulado: Sociedade Capitalista e o Controle Social, será discutido os impactos da filosofia capitalista na sociedade através de suas estratégias e, sobretudo, os impactos negativos na educação e em instituições que promovem a conscientização, com o objetivo de manutenção da ordem através do controle social e, além disso, discutiremos o conceito de emancipação humana a partir das considerações de Karl Marx (2010).

A terceira seção, nomeado: A música como um fenômeno social, cultural e ideológico, busca compreender a música para além de uma representação da arte, mas sim, um instrumento de conscientização social, que perpassa por todos os campos sociais, culturais e ideológicos. Além disso, será discutida a privatização dos espaços de construção da linguagem artística, como forma de silenciar e evitar o surgimento de vozes que criticam a realidade e a sujeição à heteronomia criada como mecanismo de controle social pelo sistema capitalista. Para tanto, antes do debate mais crítico, introduziremos como a música participa de todas as atividades do cotidiano para, ao final, apresentá-la como um instrumento de promoção da emancipação humana.

A quarta seção: A linguagem musical como instrumento de ensino, fonte informacional e forma de resistência, contextualiza a música na educação escolar seus desafios e potencialidades; a linguagem artística como um instrumento de ensino e aprendizagem e a música como uma fonte de informações. Discute porque a música deve ser trabalhada como elemento complementar da leitura, tendo em vista, o desenvolvimento de habilidades essenciais para efetivar a leitura e o estudo. Além disso, dialoga como o ensino e o aprendizado são efetivados através da música. Por fim, apresenta a música como resistência, isto é, como instrumento de oposição ao sistema hegemônico.

No penúltimo item da monografia, com o título: A Biblioteca como lugar de Ação e Cultura Musical: elementos para pensar um projeto de linguagem artística em bibliotecas escolares, discute-se a biblioteca como espaço que, para além do direito do acesso, promova a construção artística e cultural de seus usuários. Para isto, reflete sobre o sentido da biblioteca enquanto centro de cultura, educação e integração social e o bibliotecário como agente cultural. E por fim, apresenta-se uma proposta de ação cultural, além da conclusão.

2 SOCIEDADE CAPITALISTA E O CONTROLE SOCIAL

Se alguém vier com papo perigoso de dizer
 que é preciso paciência pra viver
 Que andando ali quieto,
 Comportado, limitado,
 Só coitado, você não vai se perder,
 Que manso imitando uma boiada,
 você vai boca fechada pro curral sem merecer [...]
 Que você volte pro rebanho,
 Não acredite, grite, sem demora[...],
 porque nós queremos ser feliz agora!
 (MONTENEGRO, 2011).

A dificuldade no acesso à informação é característica da sociedade de classe que concentrou os meios de produção em torno da elite que explora através do trabalho assalariado a classe trabalhadora, excluindo-a do acesso aos bens e serviços construídos pela humanidade e, por esse motivo, há o interesse do sistema capitalista de conservar a ordem através do controle do pensamento crítico e do surgimento de forças revolucionárias.

Percebe-se, portanto, a classe trabalhadora vivenciando uma luta constante contra a tentativa do capitalismo de tornar dificultoso através de barreiras o acesso às linguagens que são essenciais para a construção do homem. Essas barreiras que denominamos de circunstâncias capitalistas, são agravadas quando somadas à problemas tradicionais como a própria desigualdade, a luta de classes, a elitização e hierarquização da cultura e da arte, os altos níveis de analfabetismo e o distanciamento dos menos favorecidos à leitura e aos espaços de construção do conhecimento.

Essas circunstâncias capitalistas são legitimadas através da tentativa de alienação da classe trabalhadora como uma das formas de controle social, com o intuito de conservar a ordem atual que tem como essência a segregação. Torna-se necessário salientar que o termo controle social adquire significados diversos.

Na teoria política, o significado de ‘controle social’ é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de concepções de Estado e de sociedade civil distintas. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado. (CORREIA, 2008, p. 67, grifo nosso).

Adotamos aqui a concepção pautada em Mészáros (2008), que compreende o controle social a partir da ação do Estado sobre a sociedade. Neste sentido, o principal objetivo do sistema é o de aprisionar o homem a um estado de ignorância, a partir do afastamento de instrumentos conscientizadores como a leitura, a arte e a biblioteca, a fim de evitar o desenvolvimento do pensamento crítico e questionador.

Marx (2004) na obra "Manuscritos Econômicos-filosóficos" compreende que a alienação é o estranhamento do homem ou o não acesso aos bens que ele próprio produz. Um homem alienado seria, portanto, um homem que perde sua essência e seu trabalho através de relações alienantes de classes que criam desigualdades, tendo em vista que o trabalhador assalariado apesar de ser parte integrante do processo, permanece alheio ao produto final. Neste sentido, o trabalhador perde sua liberdade e humanidade em nome da produção de riquezas e obtenção de lucros através de sua força de trabalho para a classe que o explora. E todo trabalho que não é destinado ao interesse da sociedade e restrito a um grupo específico, é um trabalho alienado.

Desta forma, para concretizar a alienação como forma de controle da sociedade, é importante que o homem seja “pertencente a outro ser” ou “fora da realidade”. Nesta perspectiva, a leitura, a linguagem artística, a escola, a biblioteca, e demais instrumentos que podem exercer a função de despertar o pensamento crítico, encontram dificuldades para se desenvolverem e se constituírem como práticas sociais.

Partindo dessa perspectiva, observa-se que na sociedade de classes, o sujeito é cerceado ao acesso à informação e conhecimento através de estratégias que visam distanciar a classe trabalhadora de instrumentos revolucionários e entre elas está o condicionamento de instituições educacionais ao estado de precariedade e abandono, a exemplo de muitas escolas e bibliotecas que, além de condições mínimas para sobreviverem, estão distantes da realidade de muitos cidadãos, panorama que reflete diretamente na manutenção do *status quo* e das desigualdades sociais.

Sendo assim, evidencia-se que a manutenção desse sistema de força se dá pelo controle da sociedade e do surgimento de forças contrárias. De acordo com Kant (1784), o controle social é concretizado de forma velada e imperceptível por intermédio da estrutura de tutores que são os responsáveis pelo monitoramento dos pensamentos e das tomadas de decisões. As organizações que se auto beneficiam com o controle da sociedade, através dos tutores, não precisam se utilizar da força bruta para coagir e intimidar os pensamentos críticos a respeito de como funciona a estrutura social e porquê a realidade é como é.

O tutor pode variar de uma simples receita até um professor, de um líder religioso até o próprio Estado. O que têm em comum? O fato de que todos mostram os “passos a passos” de como pensar e agir. Os tutores exercem sua função com naturalidade e maestria, pois

Depois de terem, primeiro, embrutecido os seus animais domésticos e evitado cuidadosamente que estas criaturas pacíficas ousassem dar um passo para fora da carroça em que as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça, se tentarem andar sozinhas (KANT, 1784, p. 1-2).

Essa relação de dependência do homem ao tutor é criada para ajudar a consolidar o objetivo prático do capital, tendo em vista que o homem sem autonomia de pensamento, é mais fácil ser condicionado ao mero ato de obediência e conformação com as realidades impostas pelo sistema.

Por isso, não é interessante para o sistema, possibilitar que a classe trabalhadora tenha condições de exercer o pensamento crítico. Como solução, o capitalismo cria circunstâncias para tentar distanciar o homem dos meios que permitirão o desenvolvimento do pensar e a forma mais eficaz é criando barreiras institucionalizadas para que organizações como a biblioteca não tenham condições de se desenvolverem. A precariedade e a própria escassez presente atualmente são uma forma de controlar o homem e evitar o surgimento de forças que busquem mudanças sociais.

É possível perceber que as formas de controle que há na sociedade são ao mesmo tempo tão feroz quanto imperceptíveis. Kant evidencia que a todo instante e em todas as esferas sociais, desde as militares até aos dogmas clericais, há um interesse que o indivíduo seja isento de pensamento autônomo e crítico:

Agora, porém, de todos os lados ouço gritar: *não raciocines!* Diz o oficial: não raciocines, mas faz exercícios! Diz o funcionário de Finanças: não raciocines, paga! E o clérigo: não raciocines, acredita! (Apenas um único senhor no mundo diz: *raciocinai* tanto quanto quiserdes e sobre o que quiserdes, mas obedecei!). Por toda a parte se depara com a restrição da liberdade. (KANT, 1784, p. 2-3, grifos do autor).

A condição de obediência que seria o consenso e a conformidade tenta ser colocada pelo sistema como a conduta certa, isto porque, o capitalismo compreende que sem um pensamento crítico da realidade que permanece presente, torna-se ainda mais difícil destruir toda forma de alienação, opressão e dominação ideológica.

A alienação somada a atuação dos tutores, cria no homem um estado de menoridade, quer dizer, de dependência. O homem em estado de menoridade é equivalente ao ser que não possui autonomia de pensamento; que não faz exercício autônomo da razão; que carece de outrem para compreender as diversas vozes e posicionamentos a ele impostos, impossibilitando o uso autônomo do próprio entendimento para intervir com posicionamentos críticos no contexto atual que tem como característica a desigualdade do acesso aos bens e serviços produzidos pela humanidade.

Kant (1784, p. 1) conceitua a menoridade como a “incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem”. Além disso, o autor compreende que “Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas

na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem”. Neste último sentido das considerações de Kant, há alguns questionamentos. Seria necessário somente coragem e decisão? Acredita-se que a coragem de fato impulsiona, mas a condição de menoridade está diretamente relacionada ao nível de compreensão do mundo, ou seja, ao nível de leitura. Uma forma de evitar que o homem saia da condição de menoridade é excluindo dele o acesso à informação e ao conhecimento, isto é, evitar o contato com a leitura e com espaços como a biblioteca.

O homem em estado de menoridade encontra-se em situação de heteronomia. Ao permanecer neste estado, o homem depende intermitentemente de fatores externos. No entanto, muitos dos fatores externos na atual sociedade de classes, tem como objetivo modelar o comportamento e o pensamentos do indivíduo, bloqueando-o e criando uma situação de dependência, para silenciar vozes que reivindicam por condições de igualdade.

Em contrapartida, o homem em estado de maioridade, encontra-se em uma posição de autonomia. A maioridade seria, portanto, o estágio avançado da consciência humana, isto é, um nível de entendimento capaz de compreender os diversos contextos sociais com um olhar crítico e pensamento autônomo frente às condições impostas socialmente. Este último estado, seria a emancipação humana que será contextualizada em seções posteriores. Quando se aborda a perspectiva de compreensão dos contextos sociais, refere-se ao horizonte da visão crítica da realidade e dos acontecimentos sociais que buscam dar formas à essência individual de cada indivíduo através de controles socialmente estabelecidos.

Somado a isso, percebe-se um outro agravante muito mais preocupante, ao evidenciar que a manutenção deste sistema de força se dá pelo controle exercido pelas instituições de ensino, entre elas a educação que, conforme Mészáros (2008, p. 35), serve para conservar os pilares da ordem vigente, fornecendo “os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital”.

Milanesi (1986, p. 13) observa que “Os especialistas em educação em maioria denunciam a escola como agente reprodutor de ideologia que sustenta o sistema” e, de acordo com Mészáros (2008), a educação ajuda a gerar a conformidade e o consenso na sociedade através das próprias diretrizes institucionais da escola, visando legitimar a posição de cada sujeito “na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta 'certas'” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

A conformidade e o consenso que são impostos como as expectativas adequadas e as formas certas de condutas são consequências da alienação produzida pelo capitalismo como forma de controle social. Para auxiliar na legitimação da conformidade e do consenso na

sociedade, tem-se os tutores monitorando mais de perto as ações e os pensamentos do homem e a escola atuando como reprodutora do sistema. Neste sentido, instituições que adotam as teorias capitalistas como parâmetros para o desenvolvimento organizacional, reforçam o interesse de que não se raciocine e se ajuste às regras do capitalismo. Quando a liberdade e o exercício do pensamento são retirados da natureza do homem, tornando-se alheios a sua essência, as ditas “verdades” jamais serão questionadas e nunca terão um tendão de Aquiles.

Sobre a escola, Milanesi (1986, p. 14) compreende que ela “reproduz em si as regras do sistema para que os educandos, vivendo-as, possam incorporá-las”. Além disso, ajuda a potencializar as expectativas adequadas e as formas de conduta certa, pois “acaba formalizando esses elementos básicos para a sobrevivência em conjunto. Ela fornece os valores, inclusive através dos livros didáticos, adequados ao ajuste do indivíduo” (MILANESI, 1986, p. 17).

Desta maneira, Mészáros (2008, p. 35, grifo do autor) entende que a educação, ao adotar as teorias capitalistas em seu fundamento de ensino, gera e transmite “um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade”. Em consonância, Milanesi (1986, p. 18) evidencia que a escola “ordena a cabeça de acordo com a ordem instituída, [...] mais como reforço das regras do que uma reflexão sobre elas”.

Portanto, o controle social para conseguir êxito no seu objetivo através da alienação e da condição de menoridade, tenta cortar forças contrárias e revolucionárias antes mesmo de surgirem e criarem raízes. E uma de suas formas é a tentativa da diminuição do ato de educar à mera reprodução e abandono do pensamento autônomo com o objetivo de formar através de fôrmas os educandos. Esse modelo educacional acarreta em profundas deficiências que podem ser evidenciadas através dos negativos níveis educacionais de alfabetização, literacia e numeracia, conforme será contextualizado a seguir.

No Brasil, o atual panorama dos níveis nacional de alfabetização, literacia e numeracia, revela a necessidade de discutir as atuais estratégias do ensino público brasileiro. Conforme os dados obtidos no Relatório da Edição de 2016 do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Avaliação Nacional de Alfabetização (SAEB/ANA), produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cujo objetivo é avaliar os estudantes matriculados no Ciclo de Alfabetização da rede pública de ensino, gerando informações sobre os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa e matemática, 54,73% dos alunos de um universo de mais de 2 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental, encontram-se em níveis insuficientes de leitura. “Desse total, cerca de

450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes” (BRASIL, 2019, p. 10).

O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), desenvolvido desde o ano de 2001, pela ONG Ação Educativa em parceria com Instituto Paulo Montenegro, tem como objetivo medir os níveis de analfabetismo da população brasileira na faixa etária de 15 a 64 anos. Em todas as edições do INAF, são entrevistadas 2.002 pessoas, através de visitas domiciliares. A amostra é estratificada com alocação proporcional à população brasileira em cada região e, para que a pesquisa demonstre de fato o rosto da população brasileira, há cotas proporcionais para a seleção das pessoas a serem entrevistadas, sendo elas: sexo, idade, escolaridade e condição de ocupação. Os resultados submetem-se à Teoria da Resposta ao Item (TRI) e, há uma escala de proficiência com as seguintes categorias: Analfabeto (nota de desempenho: 1,6); Rudimentar (3,9); Elementar (5,5); Intermediário (6,6) e; Proficientes (7,4), sendo a primeira e a segunda categoria consideradas os Analfabetos Funcionais e, as três últimas categorias consideradas Funcionalmente Alfabetizados.

O estudo é organizado com base em um teste cognitivo e um questionário contextual. Os itens que compõem o teste de Alfabetismo envolvem a leitura e interpretação de textos do cotidiano (bilhetes, notícias, instruções, textos narrativos, gráficos, tabelas, mapas, anúncios, etc.). O questionário contextual aborda características sociodemográficas e práticas de leitura, escrita e cálculo que os sujeitos realizam em seu dia a dia (INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL, 2018, p. 6).

Apesar da diminuição de 10% do número de Analfabeto no período de 2001 a 2018, como consta na Tabela 1, os resultados obtidos na pesquisa em 2018 apontam que, a cada 10 brasileiros, 3 são Analfabetos Funcionais, isto é, têm muitas dificuldades de leitura, escrita e de realizar operações matemáticas. Não conseguem compreender informações contidas em cartazes, folhetos e, fazer operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como, por exemplo, saber o valor em reais do desconto de uma mercadoria.

Tabela 1 - Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o INAF (2001-2018)

Nível	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
BASE	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%

Total ²	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional*	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizados*	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional (2018, p. 8)

Outro dado preocupante que a pesquisa revelou, foi o percentual proficiente de estudantes Funcionalmente Alfabetizados em todos os níveis de escolaridade, principalmente nos ensinos médio e superior. Apesar de, no ensino médio, os Analfabetos Funcionais atingirem um percentual de 13% e no ensino superior 4%, evidencia-se que, uma parcela pequena dos Funcionalmente Alfabetizados – apenas um terço – encontram-se no nível considerado muito bom de leitura, escrita e domínio da linguagem matemática, como consta a tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição da população por níveis de Alfabetismo e escolaridade

	Total	Nenhuma	Ens. Fund. – Anos iniciais	Ens. Fund. – Anos finais	Ensino médio	Superior
BASE	2002	116	297	451	796	342
Analfabeto	8%	82%	16%	1%	1%	0%
Rudimentar	22%	17%	54%	32%	12%	4%
Elementar	34%	0%	21%	45%	42%	25%
Intermediário	25%	1%	7%	17%	33%	37%
Proficiente	12%	0%	1%	4%	12%	34%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabetos Funcionais	29%	99%	70%	34%	13%	4%
Funcionalmente Alfabetizados	71%	1%	29%	66%	87%	96%

Fonte: Indicador de Alfabetismo Funcional (2018, p 11).

No ensino médio, 42% dos Funcionalmente Alfabetizados estão no nível elementar da alfabetização e no ensino superior, soma-se 25%. Além disso,

Apenas 45% dos entrevistados que chegaram ao Ensino Médio situam-se nos dois níveis mais altos das escalas de Alfabetismo do INAF [...], mostrando que o fato de terem frequentado escola não assegura que tenham suficientes habilidades para fazer uso da leitura e da escrita em diferentes contextos da vida cotidiana. (INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL, 2018, p. 12).

Percebe-se que, “[...] o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 11). E, o simples acesso aos bancos escolares não elimina o aluno da sombra do Analfabetismo Funcional. É preciso rever metodologias de ensino e o processo de aprendizagem, para compreendermos o porquê de,

apesar de todas as políticas sociais e programas governamentais, o Brasil ainda permanecer nesse patamar onde os dados são verdadeiramente assustadores.

De acordo com o estudo do Indicador de Alfabetismo Funcional, relacionando a alfabetização à faixa etária, conforme foi analisado, evidencia-se que: “Em todas as faixas etárias, é significativa a proporção de pessoas no nível Elementar: mais de 3 a cada 10 brasileiros entre 15 e 49, embora Funcionalmente Alfabetizados, têm significativas limitações para relacionar-se com as demandas cotidianas de uma sociedade letrada” (INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL, 2018, p. 14). Esse dado é importante, sobretudo, porque mostra que uma grande parcela da sociedade brasileira se encontra no nível considerado mínimo (elementar) de proficiência de alfabetização, literacia e numeracia, ou seja, a atual alfabetização brasileira possui deficiências.

Neste sentido, Mészáros (2008) traz contribuições para discutir as causas da crise do sistema público de ensino. Para o autor, as causas da crise da educação permanecem associadas à pressão das demandas do capital, onde percebe-se cada vez mais os processos educacionais voltados para uma formação focada no mercado de trabalho técnico, somado aos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Como consequência, observa-se o crescimento do sistema de ensino privado e o enfraquecimento da educação pública.

Ou seja, percebe-se que o sucateamento das escolas públicas e de outras instituições como a biblioteca, não é meramente descaso do poder público. Muito pelo contrário. O sistema que busca a todo momento determinar as leis da sociedade, sabe do potencial que tais organizações têm como instituições como potencialidade para gerar profundas mudanças sociais e, por esse motivo, condicionam-nas a esse estado de desolação e abandono.

Milanesi (1986, p. 13) evidencia como o sistema age para se perpetuar e o descaso das escolas públicas somado a escassez de bibliotecas, pode ser visto a partir de tais considerações:

O poder gera instrumentos para se perpetuar. O fortalecimento do poder se dá concomitantemente à criação de meios de defesa do sistema engendrado. Tudo que possa se opor a ele deve ser neutralizado. Na permanente luta de forças opostas, os elementos de oposição devem ser anulados. E preferencialmente pela raiz. Ou mais, criando condições adversas ao seu surgimento. Um sistema perfeito é aquele que não gera oposição a si. Se as forças contrárias surgirem, devem ser eliminadas, inclusive pela violência (MILANESI, 1986, p. 13).

As instituições de fomento ao pensamento crítico através do acesso à informação e à leitura sofrem com os instrumentos gerados pelo capitalismo que têm como objetivo defender o sistema engendrado. O sistema capitalista utiliza-se de estratégias como o controle social

para neutralizar o crescimento e o desenvolvimento de organizações que fomentam a construção do saber e a difusão da leitura, como é o caso da biblioteca.

Os dados negativos de alfabetização estão diretamente relacionados com a realidade das bibliotecas no âmbito escolar que, conforme aponta o Censo de Educação Básica do ano de 2016, “menos da metade (46,2%) das escolas do público-alvo da ANA [Avaliação Nacional de Alfabetização] possuem biblioteca e menos de um terço (27,5%) têm sala de leitura” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018, p. 69). Em se tratando da região Norte e Nordeste, os indicadores agravam-se ainda mais: “uma parcela menor das escolas declarou possuir biblioteca (36,2% e 30,4%, respectivamente) e sala de leitura (24,3 e 24,1%, respectivamente)” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018, p. 69). Vale ressaltar que, o Público-alvo do SAEB/ANA 2016 foram escolas que ofertam o 3º ano do Ensino Fundamental e, nessa edição, participaram da Avaliação um total de 49.023 escolas, representando 68% das escolas existentes no Brasil e, 2.500.485 estudantes, representando 81%.

Conforme apresentado, observa-se que a biblioteca está distante da realidade de muitas escolas do Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Resta-nos, portanto, discutir se esse distanciamento é causado apenas pela má gestão de nossos governantes ou se é uma estratégia do sistema para conservar o controle da sociedade e legitimar a alienação e a minoridade. Ferreira (2006, p. 117) afirma que “Esse distanciamento tem ocasionado o fechamento de várias bibliotecas, a redução de serviços de outras tantas, e uma desintegração entre biblioteca e sociedade”.

De acordo com os estudos de Ferreira (2018) em 169 escolas sobre a situação das bibliotecas nas escolas da rede pública da cidade de São Luís, capital maranhense, evidenciou-se que em mais de 70% das escolas investigadas, as bibliotecas funcionam de forma precária e em mais de 80% delas não possuem bibliotecários. As dificuldades das bibliotecas se constituírem como espaços de leitura, informação e pesquisa, se dá pela escassez que há no Brasil, sobretudo na educação básica. E essa escassez repercute na alfabetização e nos níveis de leitura, conseqüentemente, no nível de compreensão da realidade

Campello (2015, p. 4) afirma que “a situação da biblioteca escolar no país ainda não foi equacionada. A presença de boas bibliotecas é limitada às poucas escolas (geralmente da rede privada e localizadas em cidades de maior porte, especialmente nas capitais de estado das regiões Sudeste e Sul).

De acordo com Ferreira (2018, p. 13):

O que se observa no sistema educacional brasileiro é a falta de planos de ações que tenham as bibliotecas como foco. Em São Luís a situação das bibliotecas é das mais precárias, o que demonstra a distância existente entre projetos pedagógicos e bibliotecas. Estas em geral não fazem parte da escola, são consideradas apêndices, lugares inacessíveis, pouco visitadas e, em algumas escolas, como lugar de castigo e punição.

Somado às considerações da autora, Milanesi (1986) entende que devido a precariedade e a existência de saletas fechadas como bibliotecas públicas, bem como, a autonomia dos municípios para manterem as bibliotecas por conta própria sem condições necessárias, transformam a biblioteca uma força diminuta, não chegando a espantar aqueles que poderiam ver nela algum perigo.

No entanto, percebe-se que a atual situação tanto dos níveis de educação, quanto ao estado das poucas bibliotecas, são empecilhos que o sistema hegemônico impõe para evitar o desenvolvimento de instituições capazes de conscientizar a sociedade, colocando-as em estado de escassez e a precariedade, bem como, sem a presença de mão de obra qualificada, isto é, profissionais formados em Biblioteconomia. Por causa disso, a biblioteca acaba sendo definida como um espaço com pouca significação para o corpo civil, uma força diminuta.

Outro fator entristecedor, são as visões limitadas a respeito da biblioteca oriundas de definições federais que a consideram, tão somente, a uma coleção de livros, reduzindo sua potencialidade a um simples ambiente com coleções de livros organizados. A exemplo, temos a Lei Federal 12.244/2010 que restringe a biblioteca escolar “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinado à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010).

Dessa forma, observa-se porquê é tão difícil tornar a leitura uma prática social e a frequência nas poucas bibliotecas um hábito. Por esse motivo, faz-se necessário adotar estratégias que superem a lógica irreformável e incorrigível do capitalismo que busca dominar, explorar e criar desigualdades. Neste sentido, precisa-se de soluções educacionais essenciais e não formais, quer dizer, processos educacionais que estejam além do objetivo prático do capital: a transformação do direito em mercadoria e da obtenção do lucro, isto é, a emancipação do homem frente ao capital.

Esses processos educacionais para além do capital precisam ter como filosofia a formação genuína do indivíduo enquanto direito de ser e não preocupados com uma formação voltada para suprir as necessidades do mercado de trabalho. Somente através da concepção ampla de educação, será possível quebrar as correntes da lógica mistificadora e alienante que o capitalismo impõe. Conforme Mészáros (2008, p. 25), “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as

práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudanças”. Além disso, de acordo com o autor, romper com a lógica capitalista deve ser o objetivo central se quisermos contemplar a criação de uma educação significativamente diferente.

Sendo assim, a educação real e plena ao qual se almeja só será possível a partir do momento em que existir uma luta concreta contra a lógica perversa do capital através de ações coletivas, em busca da emancipação do homem, e a biblioteca é uma das instituições capazes de proporcionar a emancipação humana, através da democratização da informação e socialização da leitura e das linguagens de maneira geral. Posto isso, ações que busquem democratizar a leitura, as linguagens e incentivar o uso de bibliotecas, além de serem atos de decisão e de coragem são, sobretudo, caminhos para a emancipação social que será abordado a seguir.

2.1 Emancipação Humana e Emancipação Política

A educação real só será possível através da emancipação do homem para além do capital. Mészáros (2008) entende que educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim, a conscientização e testemunho de vida. Ou seja, é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal. Para pensar uma educação para além do capital, é preciso evidenciar uma sociedade para além das correntes do capitalismo e a emancipação do homem é o caminho.

Para compreender o conceito de Emancipação Humana ou Emancipação Social, a princípio, temos que discutir o conceito de Emancipação Política. A obra ao qual servirá de base para este debate é “Sobre a Questão Judaica” escrita por Karl Marx em 1843 e publicado em fevereiro de 1844, no primeiro e único número dos Anais Franco-Alemães, junto à Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Esta obra marca o início das críticas marxista aos direitos humanos. Na obra, o autor fundamenta duas distinções. A primeira é a distinção entre a emancipação política e a emancipação humana. A segunda diferença que Marx observa, é entre os direitos do homem e os direitos do cidadão.

Marx (2010) entende que a emancipação política é apenas um ideal abstrato de igualdade prometido a todos os homens na constituição de 1793 através da universalidade dos direitos. Para Marx (2010), a emancipação política não está isenta de parcialidade e contradição, pois não constitui o modo já efetivado da emancipação humana, capaz de transformar o homem em um ser livre, tendo em vista que, o homem que se emancipa

politicamente e não se emancipa em termos humanos, e por esse motivo, encontra-se com a parcialidade e contradição, limitando-se a essência da emancipação política.

O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o *Estado* ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem *realmente* fique livre dela, no fato de o Estado ser capaz de ser um *Estado livre* [*Freistaat*, república] sem que o homem seja um homem *livre*. [...] O Estado pode, portanto, já ter se emancipado da religião, mesmo que a *maioria esmagadora* continue religiosa. E a maioria esmagadora não deixa de ser religiosa pelo fato de ser *religiosa em privado* (MARX, 2010, p. 38-39).

O autor busca esclarecer que a separação entre Estado e religião (Estado laico), que é a emancipação política da religião, não proporciona a libertação do homem em relação à religião, que seria a emancipação humana. Sendo assim, a grande questão da democracia conquistada através da emancipação política está no fato de manter o homem como um ser alienado, tendo em vista que a emancipação do Estado político em relação à religião não acarreta a emancipação real.

A contradição da emancipação apenas política no âmbito do acesso à informação, encontra-se justamente no pano de fundo de igualdade criado como cortina de fumaça para esconder as desigualdades da sociedade, tendo em vista que, a igualdade, “conforme aponta Marx, era apenas formal, onde cada homem era ‘uniformemente’ considerado” (BARROS; SILVA, 2015, p. 330).

Ferreira (1999b, p. 37 apud FERREIRA, 2006, p. 116) observa que a igualdade formal perante a lei “tem beneficiado, em princípio, apenas aqueles cuja independência social e econômica os habilita a tirar proveito legal de seus direitos”. Ademais, conforme Santos (1987, p. 15 apud FERREIRA, 2006, p. 116), “os homens são desiguais, sustentam o credo meritocrático e a distribuição de benefícios econômicos e sociais reflete essa desigualdade através do mercado”.

A outra distinção que Marx apresenta são as diferenças entre os direitos do homem (*droits de l’homme*) e os direitos do cidadão (*droits du citoyen*). Os direitos do homem, são os direitos do homem burguês, isto é, do homem egoísta, do homem individualista, separado do homem e da comunidade como mônada isolada e dobrada sobre si mesma. São os direitos do interesse pessoal, do membro da sociedade burguesa. O direito do cidadão, são os direitos de ser membro da sociedade política ao qual é submetido à essência da sociedade burguesa.

Ou seja, conforme Marx (2010), os direitos de igualdade, liberdade, segurança e propriedade privada, apresentam um caráter universal como se todos os homens tivessem acesso, no entanto, não passa de uma ideologia falsa, pois tais direitos representam a face da sociedade capitalista e beneficiam apenas o homem burguês. “Para Marx, o advento dos

direitos humanos no bojo da sociedade burguesa possibilitou às classes dominantes o trunfo de transformar, aparentemente, a escravidão em liberdade, o privilégio em direito, acentuando ainda mais a dominação de classe e o reforço à lógica do individualismo burguês” (BARROS; SILVA, 2015, p. 329).

Em resumo, os direitos humanos seriam para o autor conquistas da emancipação política, no entanto, um produto da sociedade burguesa para desempenhar a função de delimitar a individualidade dos homens livres. Neste sentido, a escravidão que a sociedade de classes impõe ganha a vestimenta de liberdade, através da substituição do que antes era privilégios do homem burguês, em direitos institucionalizados socialmente.

“A *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010, p. 41, grifo do autor), tendo em vista que esse estágio é o mais avançado que a humanidade consegue alcançar em uma sociedade (capitalista) onde as desigualdades e a exploração são as bases que a sustentam.

Marx compreende que a emancipação humana transcende os limites e contradições da sociedade capitalista, pois consiste na liberdade plena do homem e não na liberdade política criada pelo Estado burguês. Essa condição de liberdade só pode ser evidenciada após a superação dos limites da sociedade capitalista, rumo à outra sociedade onde a liberdade e a igualdade são reais na sociedade e não apenas no plano político, como é o caso da Emancipação Humana.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas *'forces propres'* (forças próprias) como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (MARX, 2010, p. 54).

Dessa forma, Marx (2010) compreende que por meio da emancipação política, o homem é apenas e tão somente reduzido a indivíduo *egoísta independente*. A emancipação humana seria, portanto, a desalienação do homem individualista para o cidadão *abstrato*, tornando-se um ser humano genérico. Assim sendo, entendemos a emancipação humana como a capacidade do homem, através do pensamento autônomo e de reflexões críticas sobre as contradições existentes na sociedade capitalista, interferir em sua condição de existência,

visando o processo de transformação do atual contexto social que tem como fundamentos a desigualdade, a exploração e a individualidade.

Face a isso, surgem questionamentos de como a Biblioteconomia pode intervir na natureza cômoda da minoridade e nos limites da emancipação política para a formação de sujeitos conscientes? Qual a função social e as possibilidades da biblioteca, no âmbito pedagógico, cujo intuito seja de tornar a educação real e para além das cadeias do capitalismo? Como a biblioteca pode ser um espaço para tornar autônomo o exercício do pensar e emancipar os grupos sociais que detêm de possibilidades escassas e limitadas de acesso à informação, ao conhecimento e às linguagens?

No âmbito da Biblioteconomia, uma grande etapa alcançada para a emancipação humana seria: tornar acessível linguagens que vêm sendo privatizadas ao longo da história. A biblioteca entra justamente nessa difícil missão: possibilitar o acesso às linguagens que são direcionadas à sociedade burguesa, entre elas: a linguagem artística. Neste sentido, as bibliotecas cumprem um papel relevante, tendo em vista que através da leitura e do acesso às linguagens, como a arte, o olhar emancipado pode ser desenvolvido. “O olhar emancipado permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas possibilidades e acesso a novas experiências, ampliando, desta forma, o repertório sociológico e filosófico para questionar as evidências do nosso tempo” (SILVA, 2013, p. 753-754).

Mas por que a linguagem artística? Acredita-se que a arte, assim como a leitura, é um instrumento emancipatório, tendo em vista que, a partir do processo de criação, desenvolve-se o senso crítico e questionador. Dessa maneira, em contrapartida a alienação e ao controle social, a arte transforma-se em um instrumento de resistência, haja vista que a alienação do ponto de vista epistemológico significa “fora de algo” ou “alheio a realidade” e a linguagem artística proporciona que o ser humano compreenda os diversos contextos, para posicionar-se criticamente e, conseqüentemente, lutar por condições de igualdade.

Vale ressaltar que a arte é um campo que possui várias faces e por esse motivo, este trabalho se atentará para compreender a música (uma das vertentes da arte) como um instrumento de emancipação humana, pois, acredita-se que o acesso à linguagem musical, seja um caminho capaz de revolucionar estruturas opressoras legitimadas através do desenvolvimento do olhar emancipado, tendo em vista, o caráter transformador e informacional que a linguagem possui.

Sendo assim, o próximo capítulo terá como foco, compreender a música para além de uma representação da arte, mas sim, um instrumento de conscientização social, que perpassa por todos os campos sociais, culturais e ideológicos. Além disso, será discutida a privatização

dos espaços de construção da linguagem artística, como forma de silenciar e evitar o surgimento de vozes que criticam a realidade e a sujeição à heteronomia criada como mecanismo de controle social pelo sistema capitalista, ainda que, historicamente, existiram, e existem, movimentos de resistência em diversos contextos minoritários. Para tanto, antes do debate mais crítico, é necessário introduzir como a música participa de todas as atividades do cotidiano para, ao final, apresentá-la como um instrumento de promoção da emancipação humana.

3 A MÚSICA COMO UM FENÔMENO SOCIAL, CULTURAL E IDEOLÓGICO

Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução
São cruces sem nomes, sem corpos, sem datas
Memória de um tempo
Onde lutar por seu direito
É um defeito que mata.
(GONZAGUINHA, 1980)

Alguns acreditam que a arte é um produto da criatividade do homem e nasceu de sua consciência, criando, interpretando, imaginando. Outros defendem a arte como uma expressão da genialidade divina. No âmbito marxista compreende-se a música como produção humana, uma produção que relaciona as interferências do homem e natureza, a partir do trabalho.

A arte faz parte da vida das pessoas como expressão pessoal, além de ser uma forma de construção do conhecimento. Através “de uma obra de arte podemos conhecer a visão de mundo de outra pessoa, com outra história de vida, vivendo outras experiências, outros sentimentos, inserida num outro tempo, num outro lugar, em outra época. É o registro da percepção inteligente da imaginação” (RUBIO, 2003, p. 69).

Uma vertente da arte é a música que permanece presente na sociedade desde a Antiguidade. No período Pré-Socrático da Grécia Antiga, precisamente no século VI a. C., a música já era compreendida como um fenômeno capaz de provocar mudanças nos comportamentos e nas relações humanas.

Pitágoras, filósofo grego da antiguidade, ensinava como determinados acordes musicais e certas melodias criavam reações definidas no organismo humano. As sensações de bem estar com a aplicação da música, já eram consideradas naquela época. Pitágoras demonstrou que a sequência correta de sons, se tocada musicalmente num instrumento, pode mudar padrões de comportamento e acelerar o processo de cura (BRÉSCIA, 2003, p. 31).

Gainza (1988) com um horizonte semelhante, no entanto, partindo do ponto de vista da física, explica que a música e o som, por serem naturalmente condutores de energia, estimulam movimentos internos e externos no homem. E tais movimentos impulsionam ações e promovem multiplicidades de condutas que possuem diferentes qualidades e graus.

A música é harmonia, equilíbrio e fruto da razão e da ordem intelectual, um tipo de catarse de emoções que contribui de forma significativa para proporcionar o bem-estar dos indivíduos (SEKEFF, 2002). Atualmente, utiliza-se a música como forma de terapia para o relaxamento corporal, mental e o tratamento de doenças, tais como a depressão, o estresse, o

cansaço físico e mental, a ansiedade, o mal de Parkinson e, até para o tratamento do câncer, enfermidades características do século XX e XXI.

Em alguns hospitais a música tem sido utilizada antes, durante e após cirurgias, os resultados vão desde pressão sanguínea e pulso mais baixos, menos ansiedade, sinais vitais e estado emocional mais estáveis, até menor necessidade de anestésico. A Faculdade de Medicina do Centro de Ciências Médicas e Biológicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo realizou uma pesquisa que avalia os efeitos da música em pacientes com câncer. A pesquisa revela que a musicoterapia pode contribuir para a diminuição dos sintomas de pacientes que fazem tratamento quimioterápico (CHIARELLI; BARRETO, 2005, não paginado).

Há duas teorias que buscam explicar a relação que há entre o indivíduo e a música. A primeira afirma que o mecanismo de resposta do indivíduo à música é primordialmente emocional, no qual é despertado estados de ânimo que atuam sobre o corpo. Ou seja, é um movimento que se inicia no psicológico rumo ao fisiológico. A segunda é o processo inverso, no qual se inicia o movimento a partir do fisiológico em direção ao psicológico (SEKEFF, 2002).

Swanwick (2004, p.18) compreende que

A música significativamente promove e enriquece nossa compreensão sobre nós mesmos e sobre o mundo. Não é de se admirar que a música seja tão frequentemente interligada com dança e cerimônia, com ritual e cura, e que tenha um papel central em celebrações e eventos marcantes em nossa vida: nascimento, adolescência, casamento, morte.

O contato com a arte dos sons acontece desde muito cedo. A criança ao nascer, devido ao universo sonoro ao qual está imersa, ao captar sons de seres vivos e objetos do cotidiano, começa produzir sons espontaneamente. Sons que são absorvidos de forma natural através do ouvir e reproduzidos de forma involuntária (JEANDOT, 1990; SCHERER, 2010). Além disso, observa-se que as primeiras experiências lúdico-musicais da vida humana seria, portanto, a partir dos sons mais primitivos da natureza, do acalanto, das parlendas e dos brinquedos ritmados entre mãe e bebê (NOGUEIRA, 2005; SCHERER, 2010).

É importante destacar que, há estudos no qual se acredita que o contato com a música vem muito antes do primeiro suspiro de vida ou do primeiro brinquedo. Sekeff (2002) observa que o feto reage aos movimentos rítmicos e sonoros do útero, como também, é afetado por sons do mundo exterior. Isto é, o primeiro contato com a linguagem musical seria, portanto, por meio das cantorias da mãe para o feto ainda no útero ou através dos sons internos produzidos pelos órgãos da mãe, como o batimento cardíaco que seria o princípio mais elementar do ritmo.

O contato com a música é um acontecimento tão natural da sociedade que, a partir de dois meses de vida, os bebês já são capazes de reproduzir sons com altura, volume e

contornos melódicos semelhantes às canções entoadas pela mãe. Posteriormente, aos quatro meses de vida, inicia-se a adequação às estruturas rítmicas (SEKEFF, 2002).

A ampliação dos referenciais auditivos das crianças acontece em um processo sempre crescente com o auxílio de brincadeiras musicais dinâmicas e diversificadas (NOGUEIRA, 2005). Por isso, torna-se necessário oportunizar a alfabetização musical, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento intelectual e emocional dos sujeitos.

Do ponto de vista sociológico, a música é um fenômeno que permanece presente em todos os instantes do viver em sociedade, bem como, em todas as relações humanas. Está em toda cultura, ambientes e rituais religiosos, de festas comemorativas à veneração aos falecidos, como também, em manifestações cívicas e políticas. É executada e praticada por todos os seres humanos, de forma consciente ou inconsciente, desde os primeiros anos de vida até o último e derradeiro suspiro (BRASIL, 1998; CORREIA, 2010).

É difícil encontrar uma pessoa que não vivencie a música no seu cotidiano, tendo em vista que ela se faz presente de inúmeras formas e em variados suportes: o rádio do vizinho, no carro, em filmes, vinhetas de TV, novelas, sinos de igrejas, assobios de pássaros e humanos, *jingles* de publicidade e propagandas, shows, músicos de rua, estudando um instrumento, dentre outros (RIDLEY, 2008; ROCHA, BOGGIO, 2013).

A importância da música na sociedade se dá pelo fato de esta ser onipresente. Quer dizer, independentemente da cultura, a música e os sons musicais se fazem presentes como manifestações artísticas e culturais (RIDLEY, 2008; ROCHA, BOGGIO, 2013). Sendo assim, torna-se impossível separar sociedade, cultura e arte. Ambos andam em conjunto e se transformam em consonância.

Em decorrência disso, devido a universalidade do fenômeno musical, a música esboça com legitimidade as facetas mais íntimas da sociedade e da cultura. A indissociabilidade dos conceitos revela a capacidade que a linguagem musical tem para retratar com sensibilidade e precisão, os modelos de vida que determinado povo, localizado em um tempo-espço, relacionam-se. Essa característica somada à peculiaridade da arte sonora: ser onipresente, configura-a como um retrato das relações sociais.

Falar em arte/música na perspectiva histórica é a tentativa de compreender como as pessoas acreditavam ser as relações da esfera social nesse determinado momento da humanidade. Ao analisar uma obra de arte, neste caso, uma música, encontra-se inquietudes, problemas sociais do contexto histórico, padrões de vida, perspectivas de sucesso, compreensão das relações amorosas. Ou seja, um conjunto informacional da sociedade e de sua cultura.

Compreender os usos e as funções sociais da música, assim como de qualquer linguagem artística, implica a necessidade de entender que o atual momento histórico atribui novos significados em sua essência, haja vista que ela é um produto sociocultural. Ao passo que a sociedade e a cultura mudam, transformam-se novas estruturas de relações musicais.

A arte tem a particularidade de reivindicar um conjunto de relações e de referências, tendo em vista que, as regras do jogo artístico estão em constantes transformações, evoluindo conforme se passa o tempo e, ao passo que envelhecem, transformam-se nas mãos de cada artista. Tudo relacionado ao âmbito artístico é mutável e complexo, ambíguo e polissêmico (COLI, 1995)

Ridley (2008, p. 10), contextualiza dizendo que,

As concepções de música mudam: tivemos a metafísica pitagórica, a harmonia das esferas, a música devocional, a música como ornamento, a música como arte elevada, a música *völkisch*, a música de protesto, a música mercadoria. O propósito da música, o que foi considerado música e a maneira como foi ouvida e como se pensou nela – todas essas coisas mudaram, o que significa que, para compreendermos a música e as experiências musicais que agora temos, elas terão de ser compreendidas historicamente, pelo menos em parte – como produtos complexos de acréscimo, assimilação atrofia e decadência.

A relação existente entre a sociedade e a cultura influenciam na forma como se relacionam as propriedades musicais, seja do ponto de vista técnico: notas, melodias, ritmo, ou na forma poética, como a narração do cotidiano, letras das canções e perspectivas de compreensão da esfera social.

Mesmo o Brasil sendo um único país, por exemplo, devido à diversidade de estilos musicais, percebe-se perspectivas diferentes dos compositores de compreender as relações de existência justamente pelo fato de a própria cultura brasileira ser altamente diversificada. Muito além de um espelho da sociedade, a música é um fenômeno da cultura.

Ou seja, a música é um complexo que resulta da cultura e, por isso, toda expressão musical está referenciada à história e aos dados sociopolíticos estéticos (VALENTE, 2005). Além disso, interessa saber que, ao mesmo tempo que a música é afetada pelo núcleo sociocultural, em contrapartida, ela afeta diretamente os indivíduos que compõem esse núcleo.

A explicação para a decorrência desse fato é de a arte sonora ser “um elemento condicionado socialmente e condicionante da sociedade na qual está inserido, num processo de constante interação dialética e recriação permanente” (FREIRE, 2010, p. 21). E é nesse processo de constante interação dialética e recriação permanente que se revela uma das

características que se torna relevante para discutir a música no âmbito da Biblioteconomia: a sua vertente ideológica e informacional.

A música não é ideológica somente por representar através de símbolos e significados as relações de existência. O que torna a música ideológica é o fato de ela ser um veículo de informações. A sua natureza informacional (uma de suas tantas facetas) proporciona que a arte sonora não possua apenas a característica reflexiva e passiva. Mas, possui também, a característica gerativa, tanto como sistema cultural quanto como capacidade humana (BLACKING, 2007). Os seus conjuntos informacionais fazem com ela gere valores, crenças, compreensões comportamentais e pensamentos. E é nesse contexto que a arte se torna ideológica.

Através da análise das canções presentes nos contextos da sociedade através de uma visão crítica e informacional, podemos evidenciar um instrumento capaz de proporcionar a conscientização das pessoas e se somada a leitura, percebe-se a potencialização do ensino e da aprendizagem no âmbito da educação. Além disso, ao conceber a tese de que a música é um tipo de leitura e veículo informacional, abre-se um leque de possibilidades no âmbito da Biblioteconomia e, entre elas, encontra-se a missão de democratizar o conhecimento da linguagem musical de forma ampla e gratuita. Observa-se também, novas alternativas de fomentar a leitura, alfabetização e construção do conhecimento através da linguagem musical.

Contudo, enfrenta-se atualmente um desafio: educadores que não percebem a música para além de um instrumento de ludicidade, entretenimento, utilizando-a na educação somente em momentos específicos de descontração, atividades recreativas e datas comemorativas.

A música se usada corretamente no ambiente escolar e na biblioteca pode ser um belíssimo instrumento para potencializar a leitura, o ensino e aprendizagem, tendo em vista a sua capacidade de disseminar conteúdos informacionais que são legitimados em nosso subconsciente de forma involuntária. Além disso, a música é uma representação das facetas da sociedade, onde se percebem questões sociais e políticas, bem como ideológicas que estão presentes nas discussões sobre como se estabelecem as relações sociais.

A música se fez presente na educação “desde os tempos pretéritos da cultura clássica grega, a qual tinha na música o seu principal apanágio educativo e de formação cultural, contribuindo na organização social, construção de valores e formação do cidadão” (CORREIA, 2010, p. 140).

Mas, conforme o sistema capitalista fora se expandido e adentrando nos seios da educação com a filosofia de progresso econômico, as artes que, outrora, eram elementos

fundamentais para a construção do cidadão autônomo, foram ficando de lado e cedendo lugar para disciplinas técnicas e voltadas para suprir necessidades oriundas do mercado de trabalho.

Abandonaram-se a tese de que a construção de um ser emancipado humanamente perpassa por caminhos artísticos, com o objetivo de criar mão de obra não pensante e não questionadora, justamente para que os laços do sistema não sejam alvos de reflexão e crítica e, por isso, reforça-se “a racionalidade na escola, ignorando que a formação plena do indivíduo também passa pelo desenvolvimento dos aspectos emocionais e sensíveis” (GÓES, 2009, não paginado). É importante acrescentar a citação da autora que a música é, também, racional; objetiva e subjetiva.

A leitura é o caminho para a formação de sujeitos conscientes de si e do mundo e a linguagem musical, envolvendo os aspectos poéticos e técnicos, têm a capacidade de desenvolver e construir a consciência do sujeito. Ao ser utilizada de forma crítica, é um forte instrumento para a luta da emancipação humana, frente aos processos opressores do sistema que buscam determinar cada indivíduo à padrões, tendo em vista que, além do lúdico que a atividade musical proporciona, ela auxilia na construção do caráter e da consciência. Promove o desenvolvimento da mente humana, o equilíbrio, a concentração, o raciocínio, somado ao estado de bem-estar. Como agente cultural, faz-se importante pois contribui efetivamente para a construção identitária dos indivíduos. E, no âmbito da educação, transforma conceitos espontâneos em científicos. (MOREIRA; SANTOS; COELHO, 2014).

Gainza (1988) observa que a música não substitui a educação, todavia, tem como função primária, atingir o ser humano em sua totalidade. Acredita-se que somente atingindo o humano em sua total essência, a autonomia dos sujeitos será alcançada através da utilização da arte como instrumento mediador para efetivação da leitura. Na mesma linha de raciocínio, Faria (2001, p. 4) compreende que a música “passa uma mensagem e revela a forma de vida mais nobre, a qual, a humanidade almeja, ela demonstra emoção, não ocorrendo apenas no inconsciente, mas toma conta das pessoas, envolvendo-as trazendo lucidez à consciência”.

A música é um veículo informacional e, devido a esse fator, um transmissor de mensagens. Somado a isso, é uma arte que de forma geral é capaz de revelar a vida mais nobre e total do ser humano, bem como, de mexer com as emoções tanto internas, como externas. E nessa lucidez que é atribuída à consciência, encontra-se a emancipação do indivíduo, o olhar crítico e o uso autônomo da razão através de aspectos sensíveis.

3.1 Seria a arte elitista? A linguagem artística em uma perspectiva excludente

A arte é uma linguagem e toda linguagem se constitui a partir da perspectiva de um sistema e por esse motivo, possui relações de poder. No âmbito geral, ela é um fenômeno universal e não uma linguagem universal, tendo em vista que há uma vertente da arte (a elitista) que é altamente excludente e somente uma pequena parcela sociedade brasileira tem acesso. Essa vertente da linguagem artística não está disponível para todos, pois é preciso ter meios concretos que estão pautados em circunstâncias capitalistas principalmente de caráter materiais e financeiras, criadas pelo sistema para conservar o distanciamento e reforçar as desigualdades e a exclusão social.

Contudo, não seria direito do homem ter acesso irrestrito a qualquer linguagem? Como podemos conceber a perspectiva de uma linguagem onde somente “privilegiados” podem ter acesso? Seria, então, a arte elitista, uma linguagem excludente? Qual o papel da biblioteca frente ao distanciamento da classe trabalhadora aos meios de construção da arte?

O capitalismo excessivo e agressivo que atualmente se vivencia, trouxe fortes impactos no acesso pleno de linguagens que, anteriormente, eram fundamentais para a evolução concreta do ser humano. Se nos primórdios, livros eram acorrentados nas estantes das bibliotecas para que a população não tivesse acesso àquela fonte informacional, ou ainda, em épocas de ditadura, onde a censura era fortemente praticada, atualmente, as correntes e a censura são legitimadas socialmente através de condições capitalistas. Continua-se com os mesmos grilhões, mas, ao invés de físicos, são ideológicos e socioculturais, o que potencializa ainda mais as desigualdades no que diz respeito ao acesso à informação.

No âmbito educacional, o que se percebe atualmente é que o interesse no ensino da arte como linguagem essencial para a formação do homem pouco é estimulado na escola. Mas, qual seria o motivo? Talvez a explicação para uma educação mais carente artisticamente esteja atrelada ao fato do ensino brasileiro permanecer direcionado cada vez mais para a formação pragmática, técnica e capitalista, cujo único legado profissional é: a obtenção do lucro real e absoluto, tendo como objetivo o ensino aligeirado, pragmático para atender a lógica do capital, uma formação mínima para as demandas do mercado.

A atual formação resume-se ao propósito de suprir as necessidades do livre mercado de comércio e de manter o controle do pensamento. Sendo assim, não é interessante possibilitar o contato dos sujeitos com possíveis instrumentos revolucionários, como é o caso da linguagem artística que, por sua natureza informacional e emancipatória, possibilita habilidades essenciais para o exercício do pensamento autônomo e crítico.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à

máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

O sistema capitalista, ao conceber a perspectiva de que a arte pode ser um instrumento de transformação individual e coletiva, transfigurou vertentes da linguagem artística em uma máquina geradora de capital. Durante a história clássica, a arte era o fundamento da criatividade humana e do desenvolvimento do homem enquanto comunidade, no entanto, na sociedade de classes, ela possui vertentes que ao invés de construir o homem enquanto ser pensante e crítico, buscam fundamentar o distanciamento e potencializar as desigualdades sociais.

Mas, pode-se viver sem ter contato com qualquer tipo de arte, mesmo que de forma inconsciente? O capitalismo se auto beneficia desse distanciamento provocado pelas circunstâncias que ele mesmo solicita. O mercado industrial musical, percebendo que a linguagem artística está longe do público geral, cria produtos pseudo artísticos padronizados com o objetivo de gerar um controle social inconsciente e eficaz, visando legitimar o lucro e a manutenção do poder do sistema hegemônico, ou seja, assim como a arte pode ser revolucionária, ela pode ser alienante, a depender de quem produz e de como é produzida.

As desigualdades são legitimadas pelo “encurtamento da distância” (mas mantendo o distanciamento real da experimentação e construção da arte), entre quem produz e quem consome, através das redes midiáticas, serviços de streams, ao qual transformam a arte em um fenômeno gerador de lucros concentrados em grandes corporações musicais. Ao mesmo tempo em que o capitalismo restringe o acesso à linguagem artística, ele oferta uma falsa arte revestida de instrumentos capazes de gerar na sociedade o sentimento de consumo descontrolado e conformidade. E essa pseudo arte, além de produzir a falsa sensação de que há contato com a linguagem artística de fato, forma concretos pensamentos no imaginário dos sujeitos que, por sua vez, impulsionam comportamentos.

Há um interesse do sistema capitalista de sujeitar a classe trabalhadora ao acesso limitado à linguagem artística, com o objetivo de distanciá-la da construção do conhecimento através da arte e condicioná-la ao mero consumo desenfreado e sem criticidade. Essa tentativa de distanciamento da classe trabalhadora à arte (elitista), cria bloqueios nos sujeitos relacionados à necessidade cultural de ter contato com a linguagem artística e com os locais onde a arte elitista é propagada.

Um dos principais problemas ocasionados pelo distanciamento da classe trabalhadora à produção artística é o auto isolamento dos espaços culturais. A realidade de muitas crianças

e adolescentes, matriculados no ensino público do estado do Maranhão, por exemplo, revelam a marginalização dos menos favorecidos socialmente aos espaços de compartilhamento de informações artísticas, bem como, dos espaços de aquisição da arte que o capitalismo tenta restringir o acesso a classe trabalhadora e destinar a um seletivo grupo de pessoas da sociedade capitalista.

Uma grande parcela nunca entrou, por exemplo, no Teatro Estadual localizado na capital maranhense, o Teatro Arthur Azevedo. Ou ainda, sonham em ter a sensação de sentar-se em uma sala de cinema para assistir a um filme que está em cartaz. Ao passo que a exclusão social e informacional da linguagem artística vai se legitimando como algo natural, da mesma maneira naturalizada, vai se criando um sentimento de auto isolamento sociocultural. O auto isolamento sociocultural ocorre quando o sujeito não se sente parte daquele núcleo social em que está inserido e, por isso, isola-se. O indivíduo quando chega a esse extremo, exclui-se voluntariamente desses espaços culturais, inclusive da biblioteca, justamente por não possuir uma relação de pertencimento. No seu subconsciente, aquele espaço não o pertence. “Não é lugar para mim” – expressão muito comum. Como consequência disso, as escadarias da entrada principal de instituições como a biblioteca, os teatros, museus, aparentam ser muito altas e pouco acessíveis e a produção artística, um dom divino.

É importante situar que, no âmbito dessa luta de classes no que diz respeito ao acesso à informação através das linguagens artísticas, percebe-se a classe trabalhadora criando a sua própria arte, através de grafites, poemas de rua, músicos itinerantes, desenhos e pinturas ao ar livre, ou seja, formas de resistências contra a arte elitista. Além disso, percebe-se que teatros, museus, cinemas, entre outros ambientes de elitização da arte, cedem espaço para praças, conchas acústicas, saraus e demais espaços utilizados para o compartilhamento da arte que tem como fundamento a resistência à opressão do sistema.

A importância de popularizar essa linguagem que permanece elitizada, está no fato de possibilitar a construção de significados nos sujeitos da classe trabalhadora através dos sentidos e propiciar a integração de parte da sociedade que vive alheia à produção da arte. Para que a arte faça sentido ao homem, ela tem que ser objetivada através da autocriação, ou seja, é preciso possibilitar que a classe trabalhadora tenha acesso para que construa sua própria identidade artística e se veja como parte do processo de criação. Marx e Engels (1986, p. 24) compreendem que “A música mais bela não tem nenhum sentido para o ouvido não musical, pois não é para ele um objeto, porque o meu objeto só pode ser a manifestação de uma das forças do meu ser”.

O distanciamento causado pelas circunstâncias capitalistas, determinam a relação que há entre o gostar e o não gostar da classe trabalhadora. A relação com o gostar não é espontânea, muito menos inata e, nem mesmo, é livre. Tudo está condicionado à qualidade de existência que se relaciona com o meio social ao qual se está imergido. Se permanecerem subordinados a uma filosofia capitalista e neoliberal, os gostos são restritos ao propósito prático do capitalismo.

[...] na nossa relação com a arte nada é espontâneo. Quando julgamos um objeto artístico dizendo 'gosto' ou 'não gosto', mesmo que acreditemos manifestar uma opinião 'livre', estamos na realidade sendo determinados por todos os instrumentos que possuímos para manter relações com a cultura que nos rodeia. 'Gostar' ou 'não gostar' não significa possuir uma 'sensibilidade inata' ou ser capaz de uma 'fruição espontânea' - significa uma reação do complexo de elementos culturais que estão dentro de nós diante do complexo cultural que está fora de nós, isto é, a obra de arte (COLI, p. 117, 1995)

Segundo Adorno (1983), só é possível gostar daquilo que é possível reconhecer auditivamente. O autor percebe que o gostar de uma música de sucesso não corresponde ao estado real, quer dizer, ao contrário do valor da música, o critério de julgamento é o fato de a canção de sucesso ser conhecida por todos. Isto significa que o que determina o gostar é a capacidade de conseguir reconhecer.

Se não é dada a oportunidade de reconhecimento, jamais será possível sentir algo distinto da indiferença. A não permissão do acesso à linguagem artística, entre outras formas de expressões do conhecimento como a leitura, de forma plena e concreta, cria barreiras para que o sujeito desenvolva sentimentos de posse e pertencimento.

Coli (1995) defende que através do reconhecimento da linguagem artística podemos "encontrar" com o autor da obra, sua época e com nossos semelhantes, ao se permitir descobrir e percorrer em um estado de sintonização com o outro, em uma relação particular que a vida cotidiana desconhece. No entanto, reflete que a frequência e reconhecimento da linguagem da arte depende de circunstâncias materiais e de meios concretos. Sendo assim, para o autor não é apenas necessário ter acesso às artes pelos álbuns, rádios, discos ou televisão, é necessário também ir aos museus, aos concertos, aos teatros, às bibliotecas, aos cinemas, às exposições. É necessário visitar monumentos, poder ler e exigir os meios concretos de frequentar e sobretudo, reconhecer através da autocriação.

E justamente por não existir o reconhecimento através do acesso, a decodificação dos códigos através da linguagem torna-se limitada e a arte não assume sentido algum para o indivíduo. Ou seja, não há construção do conhecimento através da linguagem artística sem a possibilidade de acesso. Bourdieu (2007, p. 10) afirma que

A obra de arte só adquire sentido e só tem interesse para quem é dotado do código segundo o qual ela é codificada. A operação, consciente ou inconsciente, do sistema de esquemas de percepção e de apreciação, mais ou menos explícitos, que constitui a cultura pictórica ou musical é a condição dissimulada desta forma elementar de conhecimento que é o reconhecimento dos estilos. O espectador desprovido do código específico sente-se submerso, “afogado”, diante do que lhe parece ser um caos de sons e de ritmos, de cores e de linhas, sem tom nem som. Por não ter aprendido a adotar a disposição adequada, ele limita-se ao que é designado por Panofsky como ‘propriedades sensíveis’, identificando uma pele como aveludada ou uma renda como vaporosa, ou, então, às ressonâncias afetivas suscitadas por essas propriedades, falando de cores ou de melodias austeras ou alegres.

O desenvolvimento objetivo da riqueza dos sentidos humanos, isto é, um ouvido musical, um olho sensível para compreender a beleza das formas e das palavras só se transformam em sentidos para o indivíduo quando são produzidos pelo próprio ser. Para isso, faz-se necessário o acesso e a compreensão da linguagem. A objetivação do homem tem que ser do ponto de vista teórico e prático (MARX; ENGELS, 1986). Possibilitar ao homem toda riqueza do ser humano seria a base filosófica para uma educação humana artisticamente.

A Biblioteconomia entra justamente nessa luta de possibilitar passar da camada primários dos sentidos para a camada dos sentidos secundários, isto é, a região do sentido do significado:

De fato, a possibilidade de passar da ‘camada primária do sentido que podemos adentrar com base na nossa experiência existencial’ para a ‘camada dos sentidos secundários’, ou seja, para a ‘região do sentido do significado’, só ocorre se possuímos os conceitos que, superando as propriedades sensíveis, apreendem as características propriamente estilísticas da obra. O mesmo é dizer que o encontro com a obra de arte nada tem a ver, em conformidade com a visão habitualmente adotada, com um pretense amor à primeira vista; além disso, o ato de fusão afetiva, de *Einführung*, que dá o prazer do amor pela arte, pressupõe um ato de conhecimento, uma operação de decifração e decodificação, que implica o acionamento de um patrimônio cognitivo e de uma competência cultural (BOURDIEU, 2007, p. 10).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a arte se caracteriza como elitista, constituindo-se, então, como altamente excludente e uma das funções da Biblioteconomia deve ser o de tornar acessível toda linguagem e fonte informacional que por longos períodos da história, vem sendo privatizada. A biblioteca ao tornar acessível a possibilidade de construção dos símbolos da linguagem artística, certamente, proporcionará a integração social dos indivíduos como um dos passos rumo à emancipação humana, haja vista que,

[...] o ensino da arte rompe barreiras de exclusão, visto que a prática educativa está embasada não no talento ou no dom, mas na capacidade de experienciar de cada um. Dessa forma, estimula-se os educandos a se arrisquem a desenhar, representar, dançar, tocar, escrever, pois trata-se de uma vivência, e não de uma competição. Uma proposta em arte que parta deste princípio traz para as suas atividades um grande número de interessados. Estas crianças e estes jovens se reconhecerão como participantes e construtores de seus próprios caminhos e saberão avaliar de que forma se dão os atalhos, as vielas, as estradas. A arte fará parte de suas vidas e terá

um sentido, deixando de ser aquela coisa incompreensível e elitista, distante de sua realidade (RUBIO, 2003, p.75-76).

A integração social é condição mínima para o exercício da cidadania. Compreende-se a cidadania como uma condição de pessoa que, como membro de uma sociedade ou de um grupo social, se acha no gozo de direitos e deveres que lhe permitem participar da vida política e nela intervir de maneira autônoma, crítica e consciente. Para a construção da cidadania, evidencia-se o acesso às linguagens e ao conhecimento como forma de inclusão social e como instrumento emancipatório capaz de criar personagens críticos frente às diversas verdades impostas. Cabe aqui destacar que a cidadania está relacionada à emancipação política e que a música (a arte) pode levar para além da emancipação política, pode trazer elementos revolucionários que possam conduzir à verdadeira emancipação humana.

Tornar a linguagem musical acessível a todos é possibilitar meios de transformação social e construção da cidadania em busca da emancipação humana, isto é, possibilitar ao homem a capacidade de se enxergar enquanto ser revolucionário. Somado a isso, inserir a linguagem musical na educação é potencializar o ensino e aprendizagem, bem como, competências individuais fundamentais para um bom exercício do pensamento autônomo e crítico. Neste contexto, o próximo capítulo terá como objetivo compreender a linguagem musical como um instrumento capaz de potencializar o ensino através do desenvolvimento de habilidades, bem como, uma fonte de informações e veículo informacional e ainda, como uma forma de resistência.

4 AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM MUSICAL

Se o mundo ficar pesado
 Eu vou pedir emprestado
 A palavra POESIA
 Se o mundo emburrecer
 Eu vou rezar pra chover
 Palavra SABEDORIA
 Se o mundo andar pra trás
 Vou escrever num cartaz
 A palavra REBELDIA
 Se a gente desanimar
 Eu vou colher no pomar
 A palavra TEIMOSIA
 (SILVA; CEUMAR, 2018).

Percebe-se no trecho musical citado acima, o potencial que a letra/composição musical tem para a conscientização da sociedade e as semelhanças com a arte da leitura. A música se usada corretamente, é um belíssimo instrumento para potencializar o ensino e aprendizagem, haja vista a sua capacidade de disseminar conteúdos informacionais que são legitimados em nosso subconsciente de forma involuntária. Representa também, as facetas de uma sociedade, as questões sociais e políticas, bem como ideologias.

A música se fez presente na educação “desde os tempos pretéritos da cultura clássica grega, a qual tinha na música o seu principal apanágio educativo e de formação cultural, contribuindo na organização social, construção de valores e formação do cidadão” (CORREIA, 2010, p. 140). Mas, conforme o sistema capitalista fora se expandido e adentrando nos seios da educação com a filosofia de progresso econômico, as artes que, outrora, eram elementos fundamentais para a construção do cidadão autônomo, foram sendo retiradas do currículo escolar, cedendo lugar para disciplinas técnicas e voltadas exclusivamente para o mercado de trabalho.

Com a adoção das teorias capitalista no âmbito da educação, abandonaram-se a tese de que a construção de um ser humano perpassa por caminhos artísticos, com o objetivo de criar mão de obra não pensante e não questionadora, justamente para que os laços do sistema não sejam alvos de reflexão e crítica e, por esse motivo, reforça-se “a racionalidade na escola, ignorando que a formação plena do indivíduo também passa pelo desenvolvimento dos aspectos emocionais e sensíveis” (GÓES, 2009, não paginado).

A música no currículo escolar, no contexto brasileiro é objeto de idas e vindas levando em consideração o processo histórico da educação no país. Em muitos casos a música esteve no currículo como forma adestradora, reforçando hábitos militaristas ou práticas pedagógicas musicais limitadas e limitadoras, somado a algumas concepções hegemônicas da pedagogia

tradicional que reduzem a música a canções de comando visando legitimar padrões comportamentais dos alunos, tais como, a hora do lanche e lavar as mãos.

Além disso, percebe-se a utilização da música para fixar conteúdos de disciplinas, pressupondo uma “alfabetização prazerosa” (NOGUEIRA, 2005). Criando-se a perspectiva de que a música, assim como as demais linguagens artísticas, são conhecimentos que servem apenas para complementar matérias consideradas “essenciais” para o desenvolvimento individual, o que acaba limitando à música à simples recreação.

Apesar de todas as potencialidades e funções sociais que a arte dos sons tem, cai-se constantemente no reducionismo de pensar a música relacionando-a somente ao prazer, ao lazer, à diversão ou à uma simples maneira de entretenimento. O que é um erro, haja vista que a música é uma linguagem comunicativa e constituída por uma natureza informacional, referenciada a história da sociedade e da cultura.

Vários autores vêm tentando compreender os parâmetros da linguagem musical no que diz respeito ao aprendizado e ensino no ambiente escolar. A utilização da música pode ser em vários segmentos do conhecimento, bem como, na expressão e comunicação, linguagem lógico-matemática, conhecimento científico, saúde e outras. Nesse sentido, os currículos de ensino devem incentivar a interdisciplinaridade e suas várias possibilidades, haja vista que a prática interdisciplinar ainda é insípida na educação brasileira (CORREIA, 2003).

Existe uma indelével e forte correlação entre a educação da música e o desenvolvimento de habilidades essenciais que contribuem para o processo de conhecimento do mundo, podendo educar nossas subjetividades. Além do desenvolvimento de habilidades como autodisciplina, paciência, sensibilidade, coordenação, capacidade de memorização, concentração (MOREIRA; SANTOS; COELHO, 2014). O mesmo é observado por Katsch e Merle-Fishman citado por Brécia (2003, p. 60), ao afirmar que a música melhora “o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas nas crianças”.

Soares e Rubio (2012) afirmam que a música favorece o desenvolvimento cognitivo, linguístico, psicomotor e socioafetivo da criança, pois, todos estão correlacionados. Somado a isso, “por meio da música, dos sons, dos ritmos e dos movimentos, o homem expressa suas emoções e seus sentimentos, pois há nisso tudo o poder de acalmar ou mobilizar, entristecer ou alegrar os indivíduos – afinal, os sons carregam significados!” (ALVES, 2015, p. 17).

Em estudos mais recentes, Moreira, Santos e Coelho (2014), observaram que a música é uma atividade divertida que auxilia na construção do caráter, da consciência, bem como, da inteligência emocional, tendo em vista que, é um veículo que desenvolve a mente humana,

promove o equilíbrio, além de proporcionar um estado de bem-estar. Do ponto de vista da aprendizagem, ela facilita a concentração e desenvolve o raciocínio. Em suma, é um agente cultural que contribui efetivamente na construção da identidade do cidadão, que transforma conceitos espontâneos em conceitos específicos.

Ongaro, Silva e Ricci, (2006) afirmam que, a música, quando trabalhada adequadamente, desenvolve o raciocínio, a criatividade, outros dons e aptidões. E por essa linguagem ser rica para o desenvolvimento da construção do ser, deve ser aproveitada como atividade educacional dentro das salas de aula.

Alguns autores entendem que por esses aspectos, a música deveria estar presente com os métodos de alfabetização, ensino e aprendizagem tendo em vista outras possibilidades de percepção do mundo para os educandos. Caroline Cao Ponso (2008, p.14), afirma que “a música é um saber específico, não com caráter fechado em si, mas que auxilia, interage, enriquece e é aprendida em conjunto com as demais áreas do conhecimento, seja matemática, literatura, ou a história”.

A utilização da música, bem como de outras expressões artísticas, como a dança e a interpretação corporal, incentiva a participação, cooperação e socialização do indivíduo, proporcionando assim, a destruição de barreiras que atrasam a democratização do conhecimento e curricular do ensino e, sobretudo, barreiras na inclusão social (CORREIA, 2003).

O uso da música na aprendizagem valoriza o trabalho em equipe. Para que uma orquestra tenha sucesso, todos os seus elementos necessitam estar em consonância, isto é, trabalhar em conjunto e de forma harmoniosa, com um único objetivo: o bom desempenho. Para que seja possível ter êxito nesse objetivo, é preciso o comprometimento de todos aqueles que participam da orquestra. Há que se comprometer em aprender a música, participar de ensaios e praticar a música em conjunto. E justamente por essa característica, evidencia-se a sua importância na sala de aula (MOREIRA; SANTOS; COELHO, 2014).

Do ponto de vista individual, a música tem efeitos positivos rumo à emancipação, contudo, ela também tem reflexos sob o coletivo, compreendendo que ela desenvolve habilidades essenciais para que haja comunhão de ideais. Em sua natureza artística, precisa-se do auxílio de outro ser, para que o objetivo final seja de fato realizado. O mesmo acontece quando utilizada na educação, na leitura, na luta de classes, na luta contra preconceitos estruturais e simbólicos, na luta contra o sistema opressor.

Para além de teorias pedagógicas, levando em conta essa premissa, observa-se que a música pode ser utilizada para unir pessoas para um objetivo em comum. As grandes

revoluções sociais, aconteceram com a união de sujeitos que possuíam este objetivo. Na luta de classes não é diferente, a música é um instrumento conscientizador, capaz de promover ações de um coletivo com um propósito final.

As lacunas apresentadas em capítulos anteriores relacionados à leitura, como os índices de analfabetismo, podem ser superadas se a música for um mediador entre a leitura tanto da palavra quanto do mundo. Sabe-se que a leitura no Brasil tem se constituído como uma atividade árdua e cansativa. Desmistificar tais conceitos legitimados socialmente, exige instrumentos eficazes, lúdicos e dinâmicos. Obviamente, a emancipação humana nunca existirá se a leitura for vista como uma atividade penosa. E nesse sentido, o ato de ler, em um país marcado por desigualdades estruturais e simbólicas, para se constituir como uma prática social, carece de alternativas capazes de atingir o ser humano em sua totalidade. Sendo assim, percebe-se que a linguagem musical tem grandes potencialidades no ensino, aprendizagem e alfabetização.

Assim, o primeiro grande desafio para compreender a música como um objeto de estudo no âmbito da Biblioteconomia, é discutir o embasamento teórico existente que legitima a música como sendo uma linguagem tendo em vista que há autores que consideram como condição necessária para a existência de uma linguagem, a propriedade de ser discursiva, atribuída exclusivamente à linguagem verbal. Em contrapartida, há uma vertente que acredita que a linguagem é tudo o que possa servir para a expressão de ideias e sentimentos (SCHURMANN, 1990).

Em consonância com a segunda linha de pensamento, acreditamos que a música é um tipo de linguagem devido uma de suas naturezas, a informacional que, em teoria, torna-a um objeto de estudo do campo da Biblioteconomia. No entanto, apesar de as áreas do conhecimento que têm a informação como objeto de estudo ter como lema que “tudo é informação”, no âmbito da Biblioteconomia, pouco é debatido a música a partir de uma perspectiva informacional, compreendendo-a integralmente em todas as suas implicações. Sendo assim, percebe-se um conhecimento limitado na área sobre os impactos que a música tem para a formação do pensar e agir e no âmbito educacional, para fomentar o ato de ler, como também, no horizonte da emancipação humana.

Barros (2006, p. 12) compreende que a música “é informação, pois ela modifica, transforma, comunica, forma opiniões e representa conceitos”. A informação, como o próprio termo sugere: in (dentro), formação (formar), é um “um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social” (BARRETO, 2002, p. 49). O que significa afirmar que a música é um instrumento que dá forma à consciência do homem, forma

opiniões, ou seja, um “livro de sons”. Evidencia-se que há semelhanças entre a música e os livros, pois são compostos por conjuntos informacionais que torna o homem capacitado para modificar a realidade, haja vista que a característica que os interliga é a informação. Neste sentido, entende-se a música como um instrumento de transformação individual e coletiva.

Além de ter potencialidades para ampliação de horizontes ideológicos, as letras musicais fomentam discursos pertinentes para problemas sociais enraizados, haja vista que revelam a natureza das atuais relações de existência entre as pessoas e os objetos, pois, torna-se um tipo de representação simbólica da estrutura cívica.

Quer dizer, somado à natureza informacional, a arte do som também é um documento histórico, uma forma de registrar a cultura, os costumes e crenças, bem como os padrões de vida. A interpretação crítica da música, levando em conta o contexto da época, revela informações que só poderiam ser adquiridas através da oralidade (BARROS, 2006). Aqui, percebe-se outra característica semelhante ao livro e ao processo de desenvolvimento histórico da humanidade.

Cabe aqui mencionar que além da escrita, a oralidade em certas culturas, como a do Continente Africano e da cultura Indígena, exerceu e exerce o mesmo papel que os livros na construção e disseminação do conhecimento Europeu. Aliás, as culturas onde a oralidade se faz presente de forma incisiva, são as que mais se relacionam com a música do ponto de vista informacional. Seja com o objetivo de contar histórias de antepassados, experiências ou, ainda, com o intuito de repassar costumes e credos para gerações futuras.

Toda música é um retrato de sua época, o que a torna um espelho de como a sociedade compreende o que é “certo” num determinado contexto socioeconômico que varia conforme as especificidades de cada cultura. O exemplo mais solidificado disso é que a poesia musical (a letra), é um reflexo das atuais relações humanas legitimadas e que são disseminadas como valores ao qual são transformados em verdades socialmente. Isto é consequência do fato de a música ser um resultado da expressão comportamental do homem que é constituído por valores, crenças sociais e políticas, bem como, influenciadas pelo quadro social (BARROS, 2006).

Nenhuma música entra em contato com qualquer sujeito sem provocar mudanças, sejam elas comportamentais ou ideológicas, devido ao seu caráter informacional. No entanto, é válido afirmar que, ao passo que a arte sonora pode ser um veículo benéfico para a emancipação, ela também pode trazer malefícios para a construção do ser e para vida em sociedade, haja vista que, também há músicas que ao invés de combater problemas sociais,

fazem apologia à violência, à vida criminoso, à inferiorização do sexo feminino ao masculino, ao preconceito, entre outros problemas que devem ser combatidos.

A música é um elemento importante para a transformação e desenvolvimento do sujeito, tendo em vista que ela movimenta e mobiliza (GAINZA, 1988). Somado a sua natureza informacional, o papel que ela pode vir a exercer na formação do sujeito é justamente o de transformação e desenvolvimento.

Além disso, conforme Brécia, (2003, p. 94)

a função da música – tal como a da arte – repousa no sentido de proporcionar um tipo de auto-expressão livre. De fato, tem ela sido denominada “disciplina de expressão”. Enriquece a vida da criança por meio das oportunidades que lhe oferecem para participar dos sentimentos de outros e expressar seus sentimentos a outros, enquanto observa, ouve, executa e cria.

A arte tem domínio fecundo, tendo em vista que o contacto com a arte transforma os sujeitos. E o objeto artístico traz em si os meios para despertar as emoções, razão, reações culturalmente ricas, com o objetivo de aguçar os instrumentos dos quais serve para apreender e compreender o mundo (COLI, 1995).

A linguagem artística proporciona que se compreenda o mundo, os contextos e textos e desenvolve habilidades essenciais para efetivar a leitura, tais como a sensibilidade, a concentração, a coordenação motora, o controle emocional, a criatividade, o senso rítmico, a percepção e o raciocínio lógico. Brécia (2003) compreende que o ensino da música é um processo de construção do conhecimento que desenvolve competências elementares para se viver em sociedade, tais como a autodisciplina, atenção, afetividade, socialização e o respeito ao próximo. Além disso, auxilia na facilidade da expressão escrita e na capacidade de lidar com situações difíceis da vida, uma vez que estas requerem imaginação (RUBIO, 2003) e a arte é uma expressão rica dos sentimentos e da imaginação.

4.1 A linguagem musical como forma de resistência

A importância de ter a música como um instrumento de luta contra as desigualdades e alienações criadas pelo capitalismo, rumo à emancipação humana, se dá pelo fato de a música possuir grandes potencialidades para o desenvolvimento do olhar crítico frente às verdades impostas.

A exemplo, temos na história brasileira, a música sendo um forte instrumento de luta contra a Ditadura Militar que iniciaram em 1964 com os militares tomando o poder. Esse modelo ditatorial de governar, oprimiu diversos movimentos sociais e culturais, e foi

intensificado com a concretização do Ato Institucional nº 5, conhecido popularmente como AI-5.

No dia 13 de dezembro de 1968, sob o comando do General Costa e Silva, o AI-5 foi institucionalizado. Este Ato é a expressão final da Ditadura Militar brasileira e, obviamente, o momento mais feroz do regime, onde os governantes tinham poderes e autorização para punir e torturar revolucionários e opositores da Ditadura. Por esse motivo, o ano de 1968, ficou conhecido como o ano que não acabou, tendo em vista que foi, além da violência excessiva e explícita, o período em que, principalmente o movimento estudantil, fez-se presente atuando fortemente na contestação da política tradicional, reivindicando por liberdade, direitos e emancipação.

Neste contexto de luta contra a ditadura, Geraldo Vandré compôs a música/composição “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores”, que virou um hino de resistência e foi adotada pelos manifestantes. As nuances ideológicas criadas pelo compositor, reverenciadas pela melodia calma e resolutiva e, ao mesmo tempo, com tensões e simbologias nos versos poéticos, trouxe todo o contexto existente na época, fazendo analogias com os acontecimentos simbólicos do período.

“Caminhando e cantando, e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados ou não. Nas escolas, nas ruas, campos, construções. Caminhando e cantando, e seguindo a canção” (VANDRÉ, 1968). Essa primeira parte da música, descreve a manifestação pacífica e a luta por ideais de igualdade. O Geraldo se refere que todos são iguais, de braços dados ou não. Os braços dados seriam os manifestantes que estavam juntos lutando pelo direito à liberdade. E os que não estavam de braços dados, seriam os militares que, apesar de não lutarem pelo mesmo objetivo, eram iguais por serem brasileiros. E no final do verso, ele reforça a ideia de unidade, justamente quando era preciso a união: escolas, ruas, campos e construções, isto é, todas as instituições e cidadãos caminhando em busca de liberdade e emancipação.

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (VANDRÉ, 1968). No refrão, o compositor chama todos para saírem às ruas, pois esperar não é mais uma opção. É preciso fazer acontecer, é preciso lutar pelo que se acredita. Aquele que somente espera, sem se movimentar para fazer acontecer, é aquele que permanece em estado de ignorância ideológica, sem posicionamento crítico contra o certo institucionalizado. As duas frases revelam a urgência de mudança de posicionamento e que o Brasil não pode mais esperar. É preciso agir.

“Pelos campos há fome, em grandes plantações. Pelas ruas marchando, indecisos cordões. Ainda fazem da flor, seu mais forte refrão. E acreditam nas flores vencendo o canhão” (VANDRÉ, 1968). Na parte do verso: “pelos campos há fome, apesar de grandes plantações”, refere-se aos trabalhadores rurais que antes da Ditadura, estavam lutando pela reforma agrária e pela legitimação de seus direitos. Após o golpe de estado, os latifundiários juntamente com os militares violaram muitos direitos humanos dos trabalhadores rurais, reprimindo-os fortemente, sendo muitos deles presos e assassinados.

Quando Geraldo fala de indecisos cordões marchando, refere-se às divergências de opiniões entre os grupos revolucionários, onde alguns acreditavam em um posicionamento pacífico e outros queriam posturas mais ríspidas contra os militares. E quando se fala das flores, faz referência ao movimento de contracultura hippie, onde uma mulher segura uma flor branca frente ao exército. E desse primeiro movimento, outros grupos adotam a mesma atitude e colocam flores vermelhas nos armamentos dos militares durante as manifestações, que para o compositor, seria acreditar nas flores vencendo o canhão.

“Há soldados armados, amados ou não. Quase todos perdidos, de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam, uma antiga lição. De morrer pela pátria e viver sem razão” (VANDRÉ, 1968). Em seguida, Vandr  expõe sua perspectiva sobre os soldados que estavam ali somente obedecendo ordens de seus superiores. Quase todos perdidos e vivendo sem razão. Muitos desses soldados, estavam em estado de minoridade defendido por Kant (1784), tendo em vista que lhes faltavam autonomia de pensamento e tomar suas decisões sem o auxílio de outro ser. Observa-se que tanto a sociedade brasileira, quanto os soldados que cometiam as barbáries, necessitavam ser emancipados.

A última parte da música, de forma poética, remonta a ideia de caminhar em busca de uma certeza de liberdade. E para isso, era preciso deixar seus amores, as flores no chão, isto é, a passividade e ir em frente, construindo a história através das feridas feitas no próprio corpo, onde a real história de fato permanece marcada. “Os amores na mente, as flores no chão. A certeza na frente, a história na mão. Caminhando e cantando, e seguindo a can o. Aprendendo e ensinando, uma nova li o” (VANDRÉ, 1968).

A música “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores” foi muito perseguida durante a Ditadura, haja vista que ela fala sobre se organizar. É um chamado para a na o brasileira caminhar em prol de um objetivo em comum: a liberdade. Por esse motivo, as forças opressoras, que detinham o poder, para evitar a conscientiza o da popula o em massa, censuravam tais conteúdos informacionais e perseguiam os responsáveis, forçando-os a se exilar. Geraldo Vandr  ficou sob observa o constante do Departamento de Ordem Política e

Social, o que acarretou no seu exílio, onde ficou até 1973. O artista viveu no Uruguai, Chile e na Europa e após o retorno ao Brasil, optou pelo afastamento dos palcos, mantendo um estilo de vida mais recluso.

Com a análise do texto poético do compositor, entende-se que não é possível fazer uma revolução munida somente de flores. Ou seja, é preciso deixar as flores no chão, deixar a passividade e a heteronomia. Somente a partir dessa atitude, seria possível conquistar a emancipação. Observa-se que a música se transformou em um instrumento de conscientização e de transformação social, não pelo seu conteúdo artístico, mas pela mensagem transmitida que, naquela ocasião, era urgente.

Somado a isso, a música constrói ensinamentos importantes para o esclarecimento da condição de vida atual, isto pelo motivo, de ser um retrato das relações existentes, podendo exercer um importante papel na emancipação, tendo em vista os valores informacionais e mensagens transmitidos através da linguagem musical.

Um exemplo disso é que os gêneros musicais, todos sem exceção, mostram uma faceta da sociedade ao qual está imersa. A exemplo do gênero rap e hip hop, que são um dos principais porta-vozes contra agruras, desigualdades sociais, preconceitos, falta de perspectiva e vários outros problemas sociais. Além de ser, acima de tudo, um agente que luta por justiça, igualdade seja de gênero, classe, raça, luta por direitos fundamentais para a vida humana ser considerada digna e reconhecimento e posse de identidade (SILVA; ALBAGLI, 2012)

Na música Sr. Presidente, por exemplo, do cantor e compositor Projota, traz à tona a relação de heteronomia que há dos sujeitos com o capital, onde tudo permanece sistematizado. A classe trabalhadora, a todo instante, está em desvantagens em tudo que se almeja fazer, em um mundo onde as oportunidades são manifestadas de acordo com as condições financeiras. Segundo Projota (2018):

A gente paga pra nascer, paga pra morar. Paga pra perder, a gente paga pra ganhar. Paga pra viver, paga pra sonhar. A gente paga pra morrer e o filho paga pra enterrar. Vontade a gente tem mas não tem onde trabalhar. Justiça a gente tem mas só pra quem pode pagar. Coragem a gente tem mas não tem forças pra lutar. Então a gente sai de casa sem saber se vai voltar. E aí vem vocês pegar o que é nosso direito. Crime não é mais crime quando é um crime bem feito. Viver dessa maneira é algo que eu não aceito. Enquanto isso o povo chora sem ter onde morar. Mas existe uma chama acesa dentro do peito. Porque já não dá mais pra se viver desse jeito. Quando o povo explodir vai ser só causa e efeito. Efeito que abastece meu pulmão e me dá forças pra cantar.

Desde o nascimento até a morte, é preciso pagar. Para sonhar, é preciso pagar! A justiça só favorece quem tem dinheiro, tendo em vista que a justiça como um aparelho do Estado e esse Estado como uma forma de manutenção do capitalismo. Além disso, percebe-se

que o Projota fala também da violência física de um país onde a segurança pública é precária. Onde muitos trabalhadores saem para vender sua força de trabalho, e ainda, precisam conviver com uma violência urbana agressiva. E justamente por não ter segurança, um direito básico do humano, é tirado de nós esse direito e tantos outros. E quando ele diz que “crime não é mais crime quando é um crime bem feito”, refere-se ao descaso de nossos governantes, que não oferecem condições mínimas para que direitos básicos como a segurança e moradia sejam garantidos à classe trabalhadora. E ao final da primeira parte da música, ele mostra que desse jeito não dá para viver, e que há uma chama no peito, que quando o povo explodir, vai ser só causa e efeito. E a revolução é explosão, e a partir da leitura de uma revolução proletária, a emancipação.

Conforme Silva e Albagli (2012, p. 2) os elementos artísticos do *hip hop* e *rap* (música, dança e artes plásticas) “funcionam como condutores de informação, mobilizando os jovens e promovendo a consciência crítica da autonomia e da emancipação”.

Outro exemplo, conforme Aquino e Silva Júnior (2012), é o caso dos *Funks* que se caracterizam como composições que retratam como é a realidade social vivida nas periferias e morros da sociedade brasileira, onde a criminalidade e as drogas são de fáceis acesso e o jovem tem mínimas condições de estudo e dignidade. E retrata com precisão a realidade de muitos jovens que acabam sendo vítimas de vários problemas sociais e se envolvem precocemente com atividades ilícitas de tráfico e facções.

O *funk* Céu de Pipa, a exemplo, do MC Marks, narra um fato interessante: um sonho de um sujeito que mora na favela, onde imagina as comunidades de periferia diferente da atual realidade. Inicia-se com a descrição de mais uma noite sem dormir, demonstrando algumas dificuldades passadas por ele e que podem ser significadas de distintas maneiras diferentes. As nuances ideológicas que a música trata, mostra como é possível efetivar a leitura e como as discussões de problemas sociais enraizados no Brasil, podem ser efetivados em debates acadêmicos e pedagógicos através da intertextualidade musical.

Mais uma noite sem dormir. Vou lá pra rua espaiar. Pensar na vida refletir. Meu Deus, o que posso fazer? Abro a janela e não vejo o sol brilhar. Abro a carteira tem nada pra contar. Mó desespero, dois filhos pra criar. Ando esquecido do lado de cá. Uns tá com muito, mas pouco pra dar, guardando dinheiro pra poder ostentar. Enquanto esse lado do mapa, meu Deus, só história triste eu tenho pra contar. Por isso nós canta. Por isso eu canto. Por isso nós canta, o que resta é sonhar. [...] Sonhei que a favela tava linda, que todas paredes tinha tinta. Criançada corria no meio da rua, e o céu tava cheio de pipa. Ninguém com barriga vazia, e as dona Maria sorria. Tinha até barraco com sacada, virado de frente pra piscina, acredita? Chuva de carro importado, os menor desfilava, lá tava tudo na paz, polícia nem passava. Preto, pobre, favelado era respeitado, não discriminado. Ali ninguém mais via o Sol nascer quadrado [...] Aê o que eu quero é liberdade, o que eu quero é igualdade. O sorriso no rosto da criança, correndo atrás de pipa, corre menor, corre. Corre que o mundo é

seu, o mundo é grande, vai além, vai em busca do progresso, vai atrás do que é seu (MC MARKS, 2020).

Observa-se que é possível extrair de uma simples música, vários contextos informacionais e ideológicos, e por este motivo, a música auxilia na aprendizagem de várias matérias, inclusive naquelas que buscam compreender e dialogar com a sociedade, pois é um componente histórico de qualquer época. Essa condição proporciona estudos na identificação de questões de comportamentos, fatos e contextos de determinada fase da história. E dessa maneira, é possível que estudantes apreciem várias questões sociais e políticas através da intertextualidade musical (CORREIA, 2003).

5 A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE AÇÃO E CULTURA MUSICAL: elementos para pensar um projeto de linguagem artística em bibliotecas escolares

No processo civilizatório, as instituições foram criadas para dar sentido à vida, aos fenômenos e para pensar caminhos que possibilitem maior integração social. A biblioteca é o local que por excelência, tem como missão construir de forma qualitativa o indivíduo enquanto ser pensante e crítico, capaz de compreender as diversas facetas da sociedade e, de maneira autônoma, intervir para alcançar melhorias em sua condição de existência. No âmbito da educação, a Biblioteca Escolar é o espaço para questionamentos e reflexão da sociedade, tendo em vista que a construção do conhecimento através da interação entre homem e o acesso, propicia o desenvolvimento do ato de ler no qual amplifica a visão crítica, permitindo a capacidade de compreender as relações de alienação que existem na sociedade capitalista.

Em uma sociedade que se percebe a tentativa de controle social, saber interpretar e selecionar tais informações torna-se fundamental. A Biblioteca Escolar é responsável em começar a estimular no homem o seu lado questionador, bem como, é a instituição responsável pela efetivação da cidadania através do acesso ao conhecimento.

Hillesheim e Fachin (1999, 66) afirma que a Biblioteca Escolar é

um centro ativo da aprendizagem, portanto precisa ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice das escolas. A Biblioteca Escolar deve trabalhar com os professores e alunos e não apenas para eles. Mas na maioria das vezes, segundo Sanches Neto (1998) a biblioteca é encarada como um anexo da escola, quando na verdade, ela deveria ser a sua alma.

Dessa forma, a Biblioteca Escolar configura-se como uma instituição dinâmica, com capacidades para interagir não somente com a escola, mas também com o meio social e por essa dinamicidade, não deve ser considerada como um setor isolado no ambiente da educação, pois auxilia o desenvolvimento não somente educacional, como também, o desenvolvimento social e cultural. Segundo Stumpf (1987) e Oliveira (1987) citados por Hillesheim e Fachin (1999, 69) a Biblioteca Escolar possui três funções básicas:

- 1) função educativa: precisa funcionar como elemento de apoio no desenvolvimento das atividades curriculares para a melhoria da qualidade de ensino e como instrumento para a formação integral do indivíduo, que é o papel final da educação;
- 2) função cultural e social: colocar a disposição os produtos da cultura, isto é, livros, periódicos, fitas de vídeo, entre outros, para facilitar a expressão e a transmissão dos conhecimentos e valores para que sejam recriados e evoluam a cada nova geração. Cabe salientar, que a biblioteca não é um espaço físico apenas para armazenar documentos, mas acima de tudo, é um local de convivência, onde os alunos e professores vivenciam situações de aprendizagem, trocam experiências e estabelecem relacionamentos interpessoais. Esta função social pode ser ampliada no momento em que a mesma abre as suas portas para a comunidade;
- 3) função recreativa educativa: possibilitar ao usuário modificar o seu conceito de biblioteca,

através de atividades que o farão aprender a manejar e aproveitar os recursos que ela dispõe, sendo conduzido à leitura (recreativa e informativa), ao trabalho de pesquisa, ao material audiovisual, por prazer e não por obrigação.

Apesar de todas essas funções, atualmente, a realidade da sociedade brasileira demonstra que muitas das bibliotecas existentes enfrentam problemas como escassez de recursos financeiros e aspectos como os problemas decorrentes na infra-estrutura, a capacitação dos recursos humanos e a adequação dos recursos tecnológicos (BLATTMANN; RADOS, 2000). Além disso, conforme dados revelados por Araújo (2002) através da pesquisa de Gomes (1983), para a maioria das bibliotecas escolares falta manutenção, pois não há um delineamento preocupado com uma estruturação adequada e nem há planejamentos orçamentários que garantam a existência de verbas para a organização e conservação das bibliotecas.

Conforme Viana e Pieruccini (2015, não paginado), além da escassez da biblioteca escolar, atualmente ela se configura, "sobretudo, a partir de concepções centradas no acesso, caracterizando-se como um acervo organizado de recursos informacionais". Essas visões limitadas sobre a biblioteca são reflexos de várias concepções de órgãos federais, a exemplo da Lei Federal 12.244, de 24 de maio de 2010, que restringe a biblioteca a "coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura" (BRASIL *apud* VIANA; PIERUCCINI, 2015).

Essa relação da biblioteca escolar com a perspectiva de sua função frente à sociedade é um tipo de controle do desenvolvimento dessas instituições do saber, pois, percebe-se limitações de se pensar a biblioteca para além de um local com livros organizados. As bibliotecas escolares não devem se resumir a uma sala com livros e precisam ser evidenciadas como organizações vivas e o processo de educar através da linguagem artística como fonte informacional pode ser um caminho para este objetivo. No entanto, para discutirmos a biblioteca como espaço de socialização das linguagens artísticas, a princípio, necessitamos desconstruir os estereótipos acerca de seu papel e ampliar os conceitos de leitura e fontes informacionais.

Tais concepções centradas somente no acesso e a função da biblioteca escolar limitada apenas como apoio às atividades escolares, talvez esteja atrelada ao surgimento histórico da biblioteca na sociedade brasileira, que conforme Almeida Junior (2013, p. 70)

[...] nasce a partir [...] de reivindicações da população, por acesso à educação gratuita, nada mais natural que sua primeira função estivesse vinculada à educação. Entendida, em seus primórdios como suporte, complemento e apoio educacional, orientou sua função primeira para a educação formal.

Em contrapartida a essas concepções limitadoras das bibliotecas escolares, Viana e Pieruccini (2015, não paginado) colocam em discussão a necessidade de se desenvolver bibliotecas a partir de uma perspectiva que, “para além do direito do acesso, contemple o direito de saber informar-se, de que os sujeitos apropriem-se de informação e cultura em perspectiva crítica e criativa, comprometida com sua participação afirmativa no mundo”.

Neste sentido, compreendemos que a biblioteca precisa ser um espaço onde se constrói o conhecimento através de relações sociais e culturais, e não como um local onde o conhecimento é tão somente organizado, catalogado e classificado. Para transpor essas barreiras, faz-se necessário a presença do bibliotecário no qual precisará se adequar para atuar com o que lhe é oferecido e com o que não é, ou seja, precisará ultrapassar os limites impostos pela situação caótica que muitas bibliotecas se encontram, e tornar o espaço da biblioteca um local construtivo capaz de promover não somente o acesso ao suporte informacional, mas também, a socialização e construção do conhecimento e da cultura através das relações entre sociedade, cultura e arte.

Deste modo, faz-se imprescindível, além da existência de um profissional apto a fazer a interação entre informação e usuário, um meio intermediário que fomente a curiosidade do público à frequentarem a biblioteca para além de tarefas escolares, tendo em vista que a biblioteca “se caracteriza como um local de construção permanente de cultura, uma vez que permite a aprendizagem permanente” (BERNARDINO, 2011, p. 32).

Este meio é possível através das ações culturais utilizando a linguagem artística como instrumento de conscientização social e fomento da leitura. Neste sentido, acredita-se que a Ação Cultural é um meio para proporcionar o desenvolvimento de bibliotecas que estejam para além do simples acesso, mas sim, para que possibilitem a apropriação da cultura e o desenvolvimento da autonomia do pensamento rumo à emancipação social.

Há vários autores que buscam conceituar o que é Ação Cultural. Flusser(1983) compreende que a ação cultural é a transmissão da cultura através de uma injeção de pensamento político, visando a conscientização dos usuários para que sintam a necessidade de modificar as atuais relações de existência. Já Coelho (1999, p.32) compreende que a ação cultural é um “processo de criação ou organização de condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura”.

Entende-se a ação cultural como um instrumento de conscientização social, capacitando os usuários para o questionamento das relações sociais, refletindo sobre as possibilidades de modificação em uma sociedade marcada por desigualdades de acesso à informação, às linguagens e ao conhecimento. Somado a isso, além de uma injeção de

pensamento político, é um meio de socialização da cultura e da arte e por isso, um caminho de emancipação e liberdade.

Milanesi (1983, p. 98) compreende que "É impossível pensar biblioteca hoje sem que se considere a liberdade de acesso à informação como um direito humano. E ainda: que essa liberdade seja uma das condições básicas para o exercício do pensamento criador".

No entanto, para que a biblioteca seja um ambiente de promoção de ações libertadoras e a ação cultural se concretize como uma proposta de socialização do conhecimento através da arte, revela-se a necessidade de mudança para romper com o tradicionalismo da biblioteca e da postura do bibliotecário, visando a promoção de uma ação cultural que proporcione a emancipação humana através da socialização e construção da linguagem musical.

A esse respeito, Caldin (2003, p.164) evidencia que, "Em um mundo em constantes mudanças, globalizado, não cabem mais procedimentos ditos tradicionais. O bibliotecário tem de largar seu papel passivo, de mero processador técnico de livros e desempenhar um papel ativo: agente de mudanças sociais."

Para Flusser (1983) uma ação cultural libertadora só pode ser evidenciada na biblioteca através de uma postura do bibliotecário enquanto agente cultural. E essa postura está fundamentada em três principais dimensões que complementam a formação do profissional, sendo elas: a formação técnica, a humana e a prática.

O bibliotecário, enquanto agente cultural, estará capacitado para tornar a biblioteca um espaço dinâmico e construtivo através da linguagem artística e a ação cultural proporcionará aos usuários a liberdade para produção de novos conhecimentos através da criatividade e expressão. Neste sentido, Almeida (1987, p.33) nos diz que a ação cultural

Busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade. Está ligada à ideia de transformação, de emancipação a partir da expressão. Diz respeito não apenas a produtos culturais acabados, como também às condições que levam à capacidade criativa, à produção cultural. Relaciona-se por outro lado, ao processo de educação coletiva, no momento em que desenvolve atividades práticas e abre espaço para a troca de informações e a discussão sobre temas de interesse do grupo.

Para a efetivação da ação cultural, conforme Cabral (1988), faz-se necessário a presença de bens materiais, sendo eles: os códigos visuais, os códigos auditivos, os códigos audiovisuais e os códigos de vivências. Os códigos visuais são as fotografias, pinturas, projeções, tudo que envolve o universo da experimentação através dos olhos. Os códigos auditivos encontram-se a música, bem como a musicalização. Os códigos de áudio e vídeo são os cinemas, vídeos, televisão. E os códigos de vivência é a construção do conhecimento através da inter-relações entre as pessoas, através da comunicação, das dinâmicas em grupos e

da informação. A importância de se pensar a construção do conhecimento na biblioteca para além dos livros se dá pelo fato de a indústria cultural produzir

não apenas textos literários, mas filmes, discos, vídeos....A biblioteca, um espaço de informação, acompanhou essa evolução, abrindo espaços para essas novas possibilidades de conhecer, estabelecendo novas formas de organização, permitindo ao público o acesso livre à informação. Dentro de uma biblioteca o usuário circulará pelo tempo e pelo espaço, aproximando-se da forma mais completa possível do patrimônio cultural da humanidade. E poderá fazer isso movido por um interesse específico ou pelo simples prazer do conhecimento (MILANESI, 1983, p. 98-99).

A biblioteca, enquanto centro de informações, precisa conceber outras linguagens como formas de construção do ensino, da aprendizagem e da própria leitura, inclusive através de outros formatos, como por exemplo, a linguagem musical. Ademais, a biblioteca como centro de socialização das linguagens artísticas, possibilitará a integração das pessoas que estão às margens da informação e da cultura hegemônica, tendo em vista a tentativa de distanciar a classe trabalhadora dos meios de construção do saber, inclusive de instituições que promovem a leitura.

De acordo com Flusser (1983), evidencia-se a necessidade de romper com esse distanciamento, tendo em vista que a cultura destinada ao “não-público” é a cultura do silêncio que busca evitar o surgimento de vozes através do controle dos pensamentos, e a ação cultural, no âmbito da biblioteca, é um meio para superação dessa cultura por intermédio de uma transformação radical, isto é, a emancipação social.

Neste sentido, a biblioteca exerce a função de democratização da informação e da cultura para os sujeitos excluídos economicamente, tornando o espaço da biblioteca dinâmico e ativo através de atividades que visam a promoção cultural, centradas nos serviços e produtos direcionados para a inclusão sociocultural. Para que a leitura seja de fato uma prática social na sociedade brasileira, é necessário dialogar com outros meios e contextos, isto é, com outras formas de expressividade da sociedade. A ação cultural é um meio de união entre linguagens distintas e a biblioteca é o centro dessa relação.

5.1 Biblioteca como Centro de Cultura, Educação e Integração Social

A biblioteca possui três dimensões: educativa, social e cultural. Na vertente educativa, encontram-se atividades que têm como objetivo o suporte à pesquisa e ao estudo. A dimensão social está associada às relações interpessoais no ambiente e com o diálogo da biblioteca com a comunidade. A dimensão cultural engloba todas as ações que tem como objetivo a ampliação de referenciais culturais e o desenvolvimento do olhar crítico através da literatura e

demais linguagens da arte, tendo em vista que, a partir da apropriação de tais linguagens, desenvolve-se capacidades para compreender o núcleo social e interferir na realidade.

Uma das diretrizes de atuação da biblioteca está pautada nas políticas de ações culturais, fundamentadas em práticas para realização das demandas de informação visando a construção do conhecimento e da cultura, permitindo a criação de processos comunicacionais que contribuem para as tomadas de decisão e conscientização da sociedade. Assim, ao se falar da perspectiva da biblioteca como centro de cultura, educação e informação, permite-se a compreensão do desenvolvimento de práticas no contexto da produção do conhecimento, da informação e da cultura.

A importância da biblioteca ser um centro cultural está na possibilidade de oferecer condições para a classe trabalhadora ter acesso à criação artística das diversas manifestações culturais, proporcionando o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social. Consideramos como centros culturais, os espaços que permitam a realização de atividades que visem a promoção da cultura entre pessoas de uma comunidade. Nessa perspectiva, a biblioteca enquanto espaço de construção da cultura, torna-se imprescindível para a luta de classes pois, um dos principais benefícios proporcionados pela biblioteca encontra-se na capacidade de inclusão do homem nos meios de produção da cultura através do acesso ao conhecimento e à informação.

Sabe-se que o sistema capitalista, como forma de controle social, busca distanciar a classe trabalhadora aos meios de construção da arte, excluindo-as do acesso e impossibilitando o desenvolvimento do pensamento crítico através da linguagem artística. A biblioteca enquanto centro de promoção da cultura, sobretudo das manifestações artísticas que o capitalismo direciona a classe burguesa, transforma-se em um agente de resistência, capaz de combater as desigualdades que fundamentam a supremacia do capitalismo na sociedade.

Contudo, para que o objetivo da emancipação humana seja de fato uma realidade concreta, necessita-se que a biblioteca não seja apenas um espaço que promova a cultura, mas sim, um centro onde a cultura seja construída através das relações sociais e artísticas. Neste sentido, para além de salas de informática e estudo, bem como, espaços de workshops e auditórios, a biblioteca tem que possibilitar a realização de concertos, peças teatrais, projeção de filmes, contação de histórias utilizando outras linguagens artísticas, ou seja, um espaço onde as linguagens artísticas se comuniquem com o ato de educar e com a leitura.

O objetivo de incluir a música e demais linguagens artísticas na biblioteca não é o de desenvolver técnicas particulares de cada segmento artístico, mas, cumprir um direito fundamental da vida humana: o acesso irrestrito à leitura e linguagens imprescindíveis para a

formação leitora. O aluno que tem contato com a linguagem artística, dispõe de outras formas de expressividade do seu próprio eu, além de linguagens que o ajudarão a desenvolver o gosto e habilidade da leitura.

A leitura não é, simplesmente, uma atividade que tem como fim a sua própria essência técnica. Mas, uma atividade que necessita de outros conhecimentos para que seja efetivada com qualidade. Exigir que o aluno leia, sem possibilitar o acesso a outras formas de linguagem, é tornar a leitura um ato cansativo. Isto pelo fato de que a leitura pela simples união de palavras não consegue gerar raízes de significância para a vida do aluno.

Além disso, o processo de educar através das linguagens artísticas, resume-se ao redimensionamento do homem para ultrapassar a sua situação de comodidade, isto é, libertar-se da menoridade rumo à emancipação. É uma preparação para compreender as vozes que o sistema existente e legitimado está a todo instante querendo impor como a verdade absoluta. Conforme Ferreira (2018, p. 2), “É papel da educação integrar o indivíduo ao meio social, desenvolvendo suas potencialidades, ao mesmo tempo em que estimula o senso crítico e orienta quanto a aquisição de conhecimentos que o leve a promover mudanças no seu meio social”.

Através do acesso à arte, é possível formar sujeitos críticos, capazes de compreender o significado das inúmeras vozes que se manifestam no debate social. Não só compreendendo, como também, pronunciando-se com sua própria voz, reconhecendo seus direitos e lutando por cada um deles. Vale ressaltar que, somente o acesso inicial, não é capaz de criar indivíduos críticos e políticos que lutem pelas suas posições de fala na sociedade. Cabe à biblioteca, portanto, garantir o acesso à tais fontes informacionais que são indispensáveis e essenciais para a formação leitora, e que vem ao longo do tempo sendo privatizadas e privilegiando a classe burguesa.

Assim sendo, as bibliotecas passam a ser centros para a mudança social da classe trabalhadora, pois oferecem a oportunidade de um ambiente dinâmico e um centro irradiador de cultura, educação e informação, um espaço interativo onde há um constante processo de aprendizagem entre os usuários. Com essa perspectiva, a biblioteca abrange diversas dimensões, pois não será apenas um local destinado para a busca de informações, mas também, um espaço de construção do conhecimento através das relações entre as pessoas e manifestações artísticas culturais.

A partir dessa perspectiva, abre-se oportunidades para que a categoria bibliotecária interaja com a classe artística, com o intuito de que a biblioteca seja um espaço do desenvolvimento artístico cultural. Além disso, a biblioteca enquanto centro cultural,

proporcionará à classe trabalhadora o acesso à linguagem da arte, sem que nenhuma pessoa fique de fora por questões financeiras, tendo em vista que as atividades serão gratuitas e acessíveis, isto é, atividades não preocupadas com o objetivo prático do capital.

Conforme a classe trabalhadora vai tendo contato com a linguagem artística e com as variadas modalidades, a sociedade vai criando uma outra relação com a arte: uma relação de pertencimento e de inclusão. Conseqüentemente, haverá a necessidade de ver, sentir, frequentar, isto é, tornar tais espaços, algo fundamental para a construção da emancipação humana. Dessa maneira, haverá uma procura maior aos espaços como a biblioteca e mais vozes reivindicarão por condições de igualdade nos direitos de acesso à informação, à leitura, à arte.

5.2 Proposta de Ação Cultural na Biblioteca Escolar

A função da arte é expressar a realidade e perspectiva de mundo de quem cria e de quem aprecia. Ela é uma forma de se comunicar que interpreta, que busca indagar e que critica a ordem existente. A arte transforma e cria formas, pois transforma o homem em sua essência e forma sentimentos e características inerentes do contato com a arte. A construção artística nas salas de aula e na biblioteca, oferecerá aos alunos a oportunidade de desenvolver a sensibilidade, a sua visão de mundo, bem como, de saber perceber as visões dos outros.

A importância do compartilhamento da linguagem artística na Biblioteca Escolar é justamente a capacidade de desenvolver a criticidade do homem sobre os valores informacionais incorporados através dos seus sentidos, para entender o contexto social que a linguagem reflete através de sua intertextualidade. Além disso, ao ter acesso às linguagens artísticas, aprende-se pontos estéticos em processos de criação, capazes de observar criticamente o mundo, a política, a sociedade e todos os aspectos sociais.

Observando os benefícios do acesso à arte relacionados com os níveis de leitura, é possível afirmar que a arte desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio e o bem-estar, auxilia na concentração e raciocínio, bem como, suscita reflexões críticas da realidade. Ou seja, crianças têm melhores rendimentos escolares quando estão inseridas em um contexto social onde é possível ter contato com as linguagens artísticas. O que presume que a qualidade de leitura é superior se comparado com crianças onde a escassez do acesso à arte é grande.

Nos países desenvolvidos onde a educação é prioridade e possuem altos índices de eficiência, a arte é vista em todas as escolas como uma linguagem obrigatória para o

crescimento e construção do cidadão. Ao contrário, no Brasil, a escassez é percebida tanto no ensino, quanto nas pesquisas sobre a relação que há entre leitura e a educação artística.

O espaço que proporciona o contato com as linguagens artísticas, potencializa o desenvolvimento linguístico, cultural, artístico e cognitivo dos educandos. A biblioteca tem que ser um espaço, onde os alunos possam se expressar, exercitando a sua criatividade e imaginação e, para além de um apoio de pesquisa ou coleção de materiais bibliográficos, um local de construção da aprendizagem, promovendo o hábito da leitura, a aquisição da cultura, a socialização e a construção do conhecimento artístico-cultural, com o objetivo de ser “um espaço de informação, discussão de ideias (convivência) e criação (produção de novas ideias/novos conhecimentos), e não mais um depósito de livros e de silêncio” (ALMEIDA, 2005, p. 258).

5.2.1 Operacionalizando

No contexto escolar, o bibliotecário é o ator principal para incentivar a leitura dos alunos. Como mediador, ele ajudará o usuário a ler aquilo que lhe interessa. Uma biblioteca sem bibliotecário é um organismo com células mortas. Totalmente sem vida. Nenhum profissional está mais habilitado para tornar o espaço da biblioteca um organismo construtivo, saudável e organizado do que ele.

A presença do bibliotecário na escola significa a melhoria dos indicadores de educação e de leitura, pois compreende as necessidades informacionais do leitor e da instituição, soluciona questões informacionais, conhece o acervo e, conseqüentemente, tem melhores condições para prever ações que proporcionem a efetiva utilização dos itens bibliográficos. Profissional interdisciplinar, conhecedor das distintas áreas do saber e, por isso, torna-se o profissional formador de ideias que auxiliarão no exercício e efetivação da cidadania, criando condições possíveis para a emancipação humana.

1º Passo: Levar os alunos a conhecerem as obras literárias da biblioteca

Para a efetiva consolidação do objetivo de promover a leitura de literaturas através da música, faz-se necessário que os alunos conheçam, minimamente, as principais obras da literatura brasileira. A primeira etapa do projeto é levar os alunos para conhecerem as obras julgadas importantes pela/o bibliotecária/o. Esse primeiro passo será importante para a continuidade do projeto.

2º Passo: Fazer um levantamento dos livros que influenciaram letras de músicas

Literatura e música são artes que andam juntas. Muitos livros foram bases para compositores criarem suas músicas. Como é o caso da música Monte Castelo interpretada pela banda Legião Urbana, baseado no soneto 11 do livro *Os Lusíadas*, de Camões. A obra conta também com um trecho do capítulo 13 de Coríntios, livro da Bíblia:

Ainda que eu falasse a língua dos homens, e falasse a língua dos anjos, sem amor eu nada seria. É só o amor, é só o amor. Que conhece o que é verdade. O amor é bom, não quer o mal, não sente inveja ou se envaidece. O amor é o fogo que arde sem se ver. É ferida que dói e não se sente. É um contentamento descontente. É dor que desatina sem doer. [...] É um não querer mais que bem querer. É solitário andar por entre a gente. É um não contentar-se de contente. É cuidar que se ganha em se perder. É um estar-se preso por vontade. É servir a quem vence, o vencedor. É um ter a quem nos mata a lealdade. Tão contrário a si é o mesmo amor. Estou acordado e todos dormem, todos dormem, todos dormem. Agora vejo em parte, mas então veremos face a face. (LEGIÃO URBANA, 1989).

A/o bibliotecária/o terá que fazer um levantamento bibliográfico das obras que tem no acervo da biblioteca. Algumas músicas inspiradas por livros estarão em anexo neste projeto e são sugestões para serem trabalhadas na execução do projeto. O objetivo é trabalhar a obra literária com o auxílio da música que foi inspirada pela obra e, a partir disso, mostrar para os alunos as possibilidades que há de unir música e literatura.

3º Passo: Criação de paródias musicais com base em referências literárias

A arte é um processo criador. Após ser trabalhado a literatura e a música com a turma, explorando todos os ângulos das obras, tanto musical como literária. Chega-se à etapa de criação. A sugestão é procurar outra obra literária – não tão complexa, para que a turma tente criar uma paródia literária com os versos da literatura. Este será o momento de criatividade, imaginação e construção do conhecimento. Neste momento, eles exercitarão o trabalho em equipe e o saber ouvir, fundamentos essenciais para o exercício da musicalidade. Bem como, competências de escrita e sensibilidade.

Pode-se usar habilidades musicais dos próprios alunos para tornar o processo de construção da paródia mais dinâmico e prazeroso, utilizando instrumentos musicais. Caso a turma não tenha nenhum aluno com habilidades musicais, recomendamos o uso do playback para a atividade cultural. Neste momento, é imprescindível um trabalho coletivo entre bibliotecários educadores musicais.

Recomendamos que a/o bibliotecária/o ou o professor, tenha o esboço de uma paródia de sua autoria, para ser a válvula de escape, caso a turma não consiga progredir na construção da paródia. Mas, a intervenção do bibliotecário ou professor deverá ser em última instância. Além da paródia, a composição musical pode ser também um interessante instrumento para essa articulação. Ambos serão apresentados para a comunidade escolar e convidados no dia da culminância do projeto de ação cultural, no encerramento.

4º Passo: Culminância do projeto e o Musical Literário/Teatro Literário

Como produto do projeto, recomendamos o Musical Literário, onde os alunos criarão uma peça teatral com a obra literária e a música inspirada pela obra de fundo durante a apresentação da peça. A peça teatral poderá ser baseada na letra da música ou na história do livro. Os recursos utilizados ficarão a critério da turma com auxílio do professor sob a orientação do bibliotecário. Esse modelo de apresentação não deverá ser um padrão. É uma sugestão. Pode ser que a apresentação da peça teatral não precise da música de fundo. Da mesma forma, como a peça pode ser apresentada apenas com a expressão corporal. Ficarà a critério da turma, a forma mais confortável para apresentar a obra.

O que deve ser obrigatório em todas as apresentações, é a explicação do que é a obra ao final da apresentação, de forma que possam surgir curiosidades sobre a literatura nos que apreciarão o musical literário/teatro literário. As narrativas teatrais também farão parte do desenvolvimento da escrita e leitura dos alunos, bem como na organização do cenário. Ao final, recomenda-se a distribuição de folhetos com trechos de obras literárias ou músicas que remetem à temática tratada nas obras. Esses folhetos serão confeccionados pelos próprios alunos. O público-alvo serão os alunos da escola, os pais e responsáveis e a comunidade escolar. Ficarà a critério da escola, convidar outros colégios para prestigiar o evento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que o capitalismo gera riquezas para um grupo de pessoas, ele proporciona marcantes desigualdades sociais e culturais, inclusive no âmbito do acesso à informação. A desigualdade é uma característica marcante na sociedade brasileira e o sistema capitalista, para manter o controle social, isto é, a ação do Estado sobre a sociedade, dificulta o acesso da classe trabalhadora a instrumentos que proporcionem o desenvolvimento do pensamento crítico.

Com o objetivo de manter sua hegemonia, o capitalismo busca silenciar forças revolucionárias através do não acesso a instrumentos conscientizadores, como a leitura e a arte, e dificulta o desenvolvimento de instituições que fomentam a leitura, como a escola e a biblioteca, condicionando-as ao sucateamento e a escassez. Além disso, as instituições que deveriam ser meios concretos de luta, como a própria escola, além de sofrerem com o descaso criado pelo próprio sistema, reproduz a filosofia do capital, colocando o lucro e tecnicidade na frente da formação plena do sujeito enquanto ser pensante e crítico. É importante destacar que existem escolas que nadam na contramão dessa perspectiva, quando adotam um referencial político-pedagógico histórico-crítico.

Essa formação voltada para o mercado de trabalho ao ser prioridade nos sistemas educacionais, restringe-se o desenvolvimento de quaisquer habilidades voltadas para a autorreflexão da realidade, ocasionando no silenciamento dos sentidos e abrindo espaços para ideologias alienadoras. Somado a isso, esse modelo educacional acarreta profundas deficiências na alfabetização, literacia e numeracia e no Brasil, enfrenta-se grandes desafios na educação pública. Tal realidade negativa da alfabetização brasileira está relacionada diretamente à escassez de bibliotecas escolares.

Percebe-se vários empecilhos para tornar a leitura uma prática social e a biblioteca uma realidade. Para conseguirmos avançar, é necessário soluções educacionais que estejam além do objetivo prático do capitalismo, ou seja, processos educacionais que visem a emancipação do homem frente ao capital. Sendo assim, a educação real e plena ao qual se almeja só será possível a partir do momento em que existir uma luta concreta contra a lógica perversa do capital através de ações coletivas, em busca da emancipação do homem, e a biblioteca é uma das instituições capazes de proporcionar a emancipação humana, através da democratização da informação e socialização da leitura e das linguagens de maneira geral. Posto isso, ações que busquem democratizar a leitura, as linguagens e incentivar o uso de

bibliotecas, além de serem atos de decisão e de coragem são, sobretudo, caminhos para a emancipação social.

A autêntica educação não é o ajustamento do homem ao que permanece dado como o certo, mas uma condução para construir novas percepções de mundo e da realidade e educar através da arte é um crescimento e amadurecimento para compreender e superar o controle social e conduzir o pensar e vida de maneira autônoma. Somado a isso, a capacidade de pensar e agir com independência, é uma postura política, haja vista que, é uma ação de um indivíduo que possui liberdade e somente a liberdade é condição para uma sociedade de fato emancipada. Sendo assim, a educação é um meio político no qual caminha rumo à liberdade do homem.

No âmbito da Biblioteconomia, uma grande etapa alcançada para a emancipação humana seria: tornar acessíveis linguagens que vêm sendo privatizadas ao longo da história. A biblioteca entra justamente nessa difícil missão: possibilitar o acesso às linguagens que, historicamente, são direcionadas à sociedade burguesa, entre elas: a linguagem artística. Neste sentido, as bibliotecas cumprem um papel relevante, tendo em vista que através da leitura e do acesso às linguagens, como a arte, o olhar emancipado pode ser desenvolvido.

A arte é uma linguagem com conteúdo informacionais e neste sentido, pode ser um instrumento emancipatório tendo em vista que através do processo de criação, o homem é capaz de compreender as relações de existência. Além disso, o processo de educar através das linguagens artísticas, resume-se ao redimensionamento do homem para ultrapassar a sua situação de comodidade, isto é, libertar-se da menoridade rumo à emancipação. É uma preparação para compreender as vozes que o sistema existente e legitimado está a todo instante querendo impor como a verdade absoluta.

Somado a isso, as linguagens artísticas, desenvolvem habilidades que são essenciais para a efetivação da leitura, tais como a concentração, sensibilidade, coordenação motora, autodisciplina, criatividade, senso rítmico, raciocínio lógico, entre outras habilidades fundamentais. No âmbito da arte, tem-se várias vertentes e dentre elas, a linguagem musical. A música é um fenômeno social, cultural e ideológico e está presente em todas as relações sociais e esboça com legitimidade as facetas íntimas e os problemas sociais enraizados da sociedade e da cultura, tendo em vista que é um elemento condicionado socialmente e condicionante da sociedade. Sendo assim, a música é um instrumento de transformação individual e um retrato do contexto socioeconômico.

Além de ser um reflexo da sociedade, a linguagem musical possui natureza informacional, capaz de gerar valores, pensamentos e atitudes. A música é informação, pois

ela modifica, transforma, comunica e ajuda a formar opiniões. Neste sentido, a música passa a ser um instrumento ideológico, possibilitando uma leitura crítica sobre o mundo. Do ponto de vista pedagógico, a música possui grandes potencialidades no ensino e aprendizagem. Favorece o desenvolvimento cognitivo, linguístico, psicomotor e socioafetivo. Ademais, valoriza o trabalho em equipe e propicia a integração social.

A emancipação do homem frente às correntes opressoras do capitalismo, só será possível se houver a saída da menoridade e da ignorância, isto é, a construção da autonomia do pensamento crítico. E a educação humana e emancipatória, em sua plenitude, só será possível em outro contexto societário, em uma sociedade sem classes. Esse processo pode ser adquirido através da leitura e, como meio de intermediação, encontra-se a linguagem artística, pois, tornar a linguagem musical acessível a todos é possibilitar meios de transformação social e construção da cidadania em busca da emancipação humana, isto é, possibilitar ao homem a capacidade de se enxergar enquanto ser revolucionário. Ademais, inserir a linguagem musical na educação é potencializar o ensino e aprendizagem, bem como, competências individuais fundamentais para um bom exercício da leitura e do pensamento autônomo e crítico, bem como, o desenvolvimento de habilidades que ajudam na formação do leitor.

Neste sentido, encontra-se a biblioteca como espaço de integração social através da disponibilidade de acesso às linguagens da arte e como espaço de construção do conhecimento artístico e cultural através de ações culturais. No processo civilizatório, as instituições foram criadas para dar sentido à vida, aos fenômenos e para pensar caminhos que possibilitem maior integração social. A biblioteca é o local que por excelência, tem como missão construir de forma qualitativa o indivíduo enquanto ser pensante e crítico, capaz de compreender as diversas facetas da sociedade e, de maneira autônoma, intervir para alcançar melhorias em sua condição de existência. Desse modo, a biblioteca como espaço voltado para a difusão da leitura, da socialização da arte e como espaço de construção do conhecimento, pode cumprir um papel determinante voltado para esta finalidade.

Dessa forma, a biblioteca enquanto centro de informações, precisa conceber outras linguagens como formas de construção do ensino, da aprendizagem e da própria leitura, inclusive através de outros formatos, como por exemplo, a linguagem musical. Ademais, a importância da biblioteca ser um centro cultural está na possibilidade de oferecer condições para a classe trabalhadora ter acesso à criação artística das diversas manifestações culturais, proporcionando o desenvolvimento da cidadania e a inclusão social. Consideramos como centros culturais, os espaços que permitam a realização de atividades que visem a promoção

da cultura entre pessoas de uma comunidade. Nessa perspectiva, a biblioteca enquanto espaço de construção da cultura, torna-se imprescindível para a luta de classes pois, um dos principais benefícios proporcionados pela biblioteca encontra-se na capacidade de inclusão do homem nos meios de produção da cultura através do acesso ao conhecimento e à informação.

Tornar acessível à linguagem artística para a classe trabalhadora é fornecer instrumentos emancipatórios e revolucionários e para que o objetivo da emancipação humana seja de fato uma realidade concreta, necessita-se que a biblioteca não seja apenas um espaço que promova a cultura, mas sim, um centro onde a cultura seja construída através das relações sociais e artísticas. Cabe à biblioteca, portanto, garantir o acesso à tais fontes informacionais que são indispensáveis e essenciais para a formação leitora, e que vem ao longo do tempo sendo privatizadas e privilegiando a classe burguesa, pois, somente através da disponibilidade de acesso da arte nas escolas e no âmbito das bibliotecas e, após a área da Biblioteconomia reconhecer e tomar posse dessa luta de classes, é que haverá um caminho solidificado para buscar a emancipação humana utilizando as linguagens artísticas como instrumentos de fomento à leitura.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **O fetichismo na música e a regressão da audição**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa. A ação cultural do bibliotecário: grandezas de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 31-38, jan./dez. 1987. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/08/pdf_bf26644cf9_0018444.pdf Acesso em: 06 mar. 2012.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Fundamentos para um projeto de biblioteca escolar. In: MACEDO, Neusa Dias de (Org.) **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: SENAC, 2005. p. 258-262.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca Pública: Avaliação de serviços. Londrina, Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

ALVES, Mirella Aires. **Música e ação na educação infantil**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2015.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco. A informação no Funk: construindo a identidade afrodescendente. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 250-262, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/download/14212/8121> Acesso em: 27 nov. 2019.

ARAÚJO, Helena. **Biblioteca escolar e trabalho colaborativo**. Lisboa: Rede Bibliotecas Escolares, 2002.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. de A. (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 49-57.

BARROS, Camilla Monteiro de. **Cultura, informação e sociedade: o espaço da música no desenvolvimento e gestão de coleções**. 2006. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia - Gestão da informação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BARROS, E. C do R.; SILVA, R. M. D. Emancipação humana, Direitos humanos e Política social: dilemas e consensos na agenda marxista e no Serviço Social. **SER Social**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 326–347, 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13435 Acesso em: 1 abr. 2021.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BLACKING, John. Música, cultura e experiência. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, Brasil, v. 16, n. 16, p. 201-218, mar. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50064/55695>. Acesso: 03 jan. 2020.

BLATTMANN, Ursula; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Bibliotecários na Sociedade da Informação: mudança de rótulos, funções ou habilidades? Librarians in the Information Society: labels, changes, functions or skills? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, n. 5, v. 5, p. 42-55, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77065>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 12.244**. Universalização das Bibliotecas Escolares. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso: 22 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA: Política de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/153040841-Ministerio-da-educacao.html>. Acesso 23 nov. 2019.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**/ Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. KERN, Daniela; TEIXEIRA, Guilherme. J. F. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. p. 560.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613> Acesso em: 14 maio 2018.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A função social da leitura na literatura infantil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis, n.15, 2003. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2003v8n15p47/5235> Acesso em: 15 mar. 2020.

CHIARELLI, Lígia K.M.; BARRETO, Sidirley J. **A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser.** Blumenau – Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 2005. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20160826201130/http://www.iacat.com/Revista/recrearte/recrearte03/musicoterapia.htm> Acesso em: 01 jul. 2020.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário.** 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf Acesso: 19 nov. 2019.

COLI, Jorge. **O que é Arte.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CORREIA, Marcos Antônio. A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação. **Educar**, Curitiba, n. 36, p. 127-145, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a10n36.pdf> Acesso em: 05 jan. 2020.

CORREIA, Marcos Antônio. Música na Educação: uma possibilidade pedagógica. **Revista Luminária**, União da Vitória, PR, n. 6, p. 83-87, 2003. Publicação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle Social. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 01-478. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Controle_Social_-_rec.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem.** Assis chateaubriand – Pr, 2001. 40f.

FERREIRA, Mary. **Bibliotecas Escolares em Instituições Públicas de São Luís: realidade e desafios para transformar esses espaços em lugares de memória, informação e de leitura.** 2018, p. 26.

FERREIRA, Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as Bibliotecas Públicas para onde vão? **Transinformação**. v. 18, n. 2, p. 113-122, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862006000200003 Acesso em: 22 maio. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Vanda Bellard. Música e Sociedade: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de Música. Florianópolis: **Associação Brasileira de Educação Musical**, 2. ed. rev. e ampl., p. 302, 2010. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1520860/mod_resource/content/0/2015-11-12_Tese.Vanda_Freire.Musica_e_sociedade-fich.pdf Acesso em: 15 jul. 2020.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 139-284, set. 1983. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/105917924/flusser-v-a-biblioteca-como-um-instrumento-de-acao-cultural>. Acesso em: 06 jun. 2019.

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.

GONZAGUINHA. **Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória**. 1980. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SJ_1pjnW2Lg Acesso em: 21 mar 2021.

GÓES, Raquel Santos. A música e suas possibilidades no desenvolvimento da criança e do aprimoramento do código linguístico. Florianópolis: **Revista do Centro de Educação a Distância – CEAD/UDESC**, n. 1, vol. 2, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/udescvirtual/article/view/1932> Acesso em: 10 fev. 2020.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma Biblioteca Escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 4, n. 4, 1999. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/article/download_view/11011 Acesso em: 12 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório SAEB/ANA 2016: panorama do Brasil e dos estados**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_saeb_ana_2016_panorama_do_brasil_e_dos_estados.pdf. Acesso 05 set. 2019.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. **INAF Brasil 2018: resultados preliminares**. [S.l.]: IPM, 2018. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xscxs1>. Acesso em: 17 out. 2019.

JEANDOT, N. **Explorando o Universo da Música**. São Paulo: Scipione, 1990.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”**. Trad. MORÃO, Artur. 1784. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf Acesso em: 10 out. 2019.

LEGIÃO URBANA. **Monte Castelo**. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NQ-K8QSSStOo> Acesso em: 18 fev. 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **Sobre Literatura e Arte**. 4. ed. São Paulo: Global, 1986.

MC MARKS. **Céu de Pipa**. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=fBf7XAC2K5U> Acesso em: 09 jan. 2021.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boi tempo, 2008.

MILANESI, Luís. **O que é Biblioteca**. (Coleção primeiros passos) 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/o-que-c3a9-biblioteca-luis-milanesi.pdf> Acesso em: 05 mar. 2021.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986.

MONTENEGRO, Oswaldo. **Eu quero ser feliz agora**. 2011. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=X495oVHbZ98> Acesso em: 22 jan. 2021.

MOREIRA, Ana Claudia; SANTOS, Halinna; COELHO, Irene S. A música na sala de aula – A música como recurso didático. **UNISANTA Humanitas**, n. 1, vol. 3, p. 41-61, 2014.

Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/hum/article/view/273/274> Acesso em: 13 jun 2019.

NOGUEIRA, Monique Andries. Música e educação infantil: possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagogia da infância. In: 28a. **Reunião Anual da Anped**, 2005.

Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt07213int.pdf> Acesso em: 05 fev. 2020.

ONGARO, Carina de Faveri; SILVA, Cristiane de Souza; RICCI, Sandra Mara. **A importância da música na aprendizagem**. [s.l], 2006.

PONSO, Caroline Cao. **Música em diálogo: ações interdisciplinares na educação infantil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PROJOTA. **Sr. Presidente**. 2018. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3K7KypISYvI> Acesso em: 07 jan. 2021.

RIDLEY, Aaron. **A filosofia da música: tema e variações**. Trad. BORGES, Luís Carlos. São Paulo: Loyola, 2008.

ROCHA, Viviane Cristina da; BOGGIO, Paulo Sérgio. A música por uma óptica neurocientífica. **Per musi**, Belo Horizonte, n.27, p. 132-140, 2013. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-75992013000100012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 Set. 2020.

RUBIO, Claudete Paganucci. Arte-educação. **Nucleus**, Ituverava, SP, v. 1, n. 1, p. 65-85, out./abr. 2003. Disponível em:

<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/223/0>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

SCHERER, Cleudet de Assis. A contribuição da música folclórica no desenvolvimento da criança. **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 247-260, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/educativa/article/viewFile/1416/932> Acesso em: 05 fev. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez & Moraes, 2007.

SCHURMANN, Ernst F. **A música como linguagem**: uma abordagem histórica. São Paulo: Brasiliense, 2 ed., 1990.

SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da Música**: seus usos e recursos. São Paulo: UNESP, 2002.

SILVA, Jonathan; CEUMAR. **Samba da Utopia**. São Paulo: Juá estúdio. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KDX7m3iBzc> Acesso em: 22 mar. 2021.

SILVA, Luiz Etevaldo. O sentido e o significado sociológico de emancipação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n.11, v.03, p. 751-765, set/dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/8924> Acesso em: 2 abr. 2021.

SILVA, Rociclei da; ALBAGLI, Sarita. Arte, informação e conhecimento na cultura Hip Hop. **Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://ancib.org/revistas/index.php/tpbci/article/view/267> Acesso em: 04 set. 2019.

SOARES, Maura Aparecida; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A utilização da música no processo de alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-44, 2012. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Maura.pdf> Acesso em 22 ago. 2020.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. São Paulo: Moderna, 2004.

VALENTE, Heloísa de Araújo Duarte. Música é informação: música e mídias a partir dos conceitos de R. Murray Schafer e Paul Zumthor. In: SILVA, Rafael Souza (Org.). **Discurso simbólico da mídia**. São Paulo: Loyola, 2005.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra não Dizer que não Falei das Flores**. Som Maior, 1968. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1KskJDDW93k> Acesso em: 28 dez. 2020.

VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 16 Anais Enancib, 26-30, out. 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2740/1116>. Acesso em: 16 jun. 2019.